

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2022

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 20 de abril de 2023

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 28 de abril de 2023

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 2023

(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 2023

Emolumentos de € _____, pagos em ____/____/2023,

pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 20 de abril de 2023

DELIBERAÇÃO Nº _____

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
EXERCÍCIO DE 2022	1
I - Introdução	4
II – Prioridades Estratégicas e Atividades Desenvolvidas	5
III – Reporting Financeiro.....	66
1 – Processo Orçamental	67
1.1 – Execução Orçamental	68
1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final:	68
1.2 – Execução Orçamental da Receita.....	70
1.3 – Execução Orçamental da Despesa	73
1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa.....	73
1.4 – Execução das GOP's.....	75
1.4.1 – Evolução das GOP's.....	76
2 – Processo Económico-Financeiro	76
2.1 – Estrutura do Ativo	77
2.2 – Estrutura do Passivo.....	77
2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo	78
2.4 – Estrutura do Património Líquido.....	78
2.5 – Estrutura dos Rendimentos	78
2.6 – Estrutura dos Gastos.....	79
2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico	79
3 – Endividamento Municipal	80
IV – Proposta de aplicação de resultados:.....	82

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and the initials 'EP' at the bottom.

Índice de Quadros

Quadro 1 - Número de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos.....	54
Quadro 2 - Quadro de Vacinação para a Covid19: Centro de Vacinação do Peso da Régua	55
Quadro 3 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Inicial	69
Quadro 4 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Corrigido	69
Quadro 5 - Execução da Receita e Despesa	70
Quadro 6 - Execução da Receita	71
Quadro 7 - Evolução da Receita 2020-2022.....	72
Quadro 8 - Execução Orçamental da Despesa	73
Quadro 9 - Evolução da Despesa	74
Quadro 10 - Execução das GOP's.....	75
Quadro 11 - Estrutura do Ativo.....	77
Quadro 12 - Estrutura do Passivo	77
Quadro 13 - Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo.....	78
Quadro 14 - Estrutura do Património Líquido	78
Quadro 15 - Estrutura dos Rendimentos	78
Quadro 16 - Estrutura dos Gastos	79
Quadro 17 - Principais Indicadores de Desempenho Económico.....	79
Quadro 18 - Endividamento Municipal	81

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês.....	41
Gráfico 2 - Distribuição da procura da LIT por nacionalidades	42

[Handwritten signature and initials]
F.P.

Gráfico 3 -Procura da LIT por motivação – Nº de atendimentos	42
Gráfico 4 -Procura da LIT – Nº de atendimentos por género e faixa etária	43
Gráfico 5 -Procura da LIT – Tempo de permanência na cidade/concelho	43
Gráfico 6 - Ocupação do Pavilhão Municipal	52
Gráfico 7 -Ocupação do Estádio Municipal Artur Vasques	53
Gráfico 8 - Ocupação do Campo Dr. Rui Machado/Fontelas	53
Gráfico 9 - Prevalência de idades dos utentes	56
Gráfico 10 - Prevalência dos utentes por modalidade.....	56
Gráfico 11 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego	58
Gráfico 12 - Distribuição por cargo/carreira e género	59
Gráfico 13 - Trabalhadores segundo faixa etária	61
Gráfico 14 - Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria.....	61
Gráfico 15 - Trabalhadores por escalão de antiguidade	62
Gráfico 16 - Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo.....	63
Gráfico 17 - Estrutura habilitacional dos trabalhadores.....	63
Gráfico 18 - Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+.....	64
Gráfico 19 - Evolução da Receita 2020-2022	71
Gráfico 20 - Evolução Impostos Diretos.....	72
Gráfico 21 - Evolução da Despesa.....	74
Gráfico 22 - Evolução das GOP's	76

I- Introdução

A atividade portuguesa em 2022 registou, a partir do 2º trimestre uma significativa desaceleração, na sequência do período de recuperação da crise pandémica. Este contexto de evolução da economia portuguesa tem sido condicionado pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente, sendo que as projeções apontam para uma evolução favorável nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100% no horizonte de projeção.

De acordo com Boletim económico de 2022 (Banco de Portugal), a inflação tem surpreendido em alta desde o final de 2021. Esta evolução reflete uma acumulação de choques globais e os efeitos de contágio dos preços internacionais dos bens energéticos e alimentares à generalidade das componentes do IHPC.

Em 2022, a taxa de inflação registou o valor mais elevado dos últimos 30 anos, perspetivando-se que, em 2023, a inflação inicie uma trajetória de redução, atingindo em 2025 valores próximos do objetivo de médio-prazo do BCE. Esta diminuição resulta da redução do preço dos bens energéticos, alimentares e outras matérias-primas nos mercados internacionais, do restabelecimento das cadeias de abastecimento global e de menores pressões da procura em resultado de uma política monetária mais restritiva. A materialização destes fatores na redução da inflação é essencial para a diminuição da incerteza nos próximos anos e para o aumento da confiança dos agentes no mercado.

Neste contexto de incerteza, com a evidência de diminuição do poder de compra das famílias e dos sérios constrangimentos à recuperação das empresas, fortemente influenciados pela escassez dos fatores de produção sujeitos a importação, a retoma económica não encontra tréguas. Os municípios vão tendo o papel fundamental de zelar pelo seu território e suas gentes, de forma a mitigar as dificuldades sentidas diariamente e, em simultâneo, garantir que as principais valências vão sendo executadas, de modo a dotar as famílias e empresários de mais e melhores condições de vida, no concelho e região.

Assim, este Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento do ano financeiro de 2022,

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E.P.

refletindo um conjunto de resultados, que permite a verificação do grau de eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

O trabalho deste Executivo Municipal está parametrizado em função da coesão territorial, da competitividade e da sustentabilidade da cidade e do concelho. A continuação da reabilitação do Hospital D. Luiz I, da recuperação do Balneário Termal das Caldas do Moledo e da requalificação da Av. ^a Dr. Manuel de Arriaga marcaram o ano em análise. Estas são obras de referência, fundamentais para a revitalização da economia local e para o incremento da qualidade de vida da população. Acresce o compromisso na área da habitação, com o objetivo de consolidar uma resposta social, que proporcione o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do concelho.

Sabemos qual é o nosso papel na política regional, que deve ser transversal a todos os Municípios que integram o Douro, para estrategicamente consolidarmos a posição meritória de quarto destino turístico de preferência em Portugal, mas, sobretudo, para ganharmos força reivindicativa nas questões fulcrais para cada concelho e para a região no seu todo. O trabalho tem-se centrado na criação de oportunidades que coincidem com a criação de emprego, a consequente fixação da população e o aumento do fluxo de turistas, na certeza de que o retorno económico ganhará amplitude a nível da economia local.

Consideramos que o planeamento estratégico, adequado às necessidades reais da população, tem permitido consolidar o investimento e fazer de Peso da Régua, um território competitivo.

Estamos certos de que o melhor está para vir!

II – Prioridades Estratégicas e Atividades Desenvolvidas

1 – Estrutura Organizativa do Município

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota


E.P.

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

Nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vem estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Educação
- Finanças Municipais
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Recursos Humanos
- Desenvolvimento Rural

Vice-Presidente - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Serviços Urbanos e Ambiente
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia
- Coesão Social
- Licenciamento e Fiscalização

Vereador - Rui Filipe dos Anjos Teixeira

- Desporto e Juventude

- Modernização Administrativa
- Comunicação e Imagem
- Turismo e promoção do território
- Assuntos Jurídicos

Vereador - Manuel da Costa Monteiro

Vereadora - Ana Luísa Couto Almeida dos Santos

Vereador - António Jorge de Sousa Pereira

2 - Participações do Município do Peso da Régua

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2022

▪ **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**

A Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, "Águas de Portugal S.G.P.S. S.A." e a "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.".

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,42%, no valor de 467.528,00€.

▪ **Águas do Interior – Norte, EM, SA.**

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., foi constituída em 15 de novembro de 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo, neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais

urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46º.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;

4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

O Município do Peso da Régua detém 14,55% da AdIN.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2022

- **Associação Nacional de Municípios Portugueses**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

- **Associação de Municípios do Vale do Douro Norte**

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

- **Associação de Municípios Portugueses do Vinho**

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

▪ **Associação do Douro Histórico**

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo

de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

▪ **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico**

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

▪ **Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro**

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covalada, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

▪ **Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2**

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertão, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

▪ **Comunidade Intermunicipal do Douro**

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

▪ **Fundação Museu do Douro**

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

▪ **Douro Alliance**

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela

Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

▪ **Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

▪ **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal**

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

▪ **A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago**

Em Maio de 2019, foi criada a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, projeto que já vinha sendo desenvolvido desde 2015 por vários parceiros fundadores, com os apoios respetivos do Turismo de Portugal e Direção Geral de Património Cultural.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago resultou da necessidade de existência de uma organização que permitisse a concertação de todas as matérias relacionadas com os Caminhos de Santiago em Portugal, associando à volta deste projeto os Municípios, Associações de Peregrinos e todas as Instituições privadas ou públicas relacionadas com esta temática.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago tem como principais responsabilidades servir de plataforma de comunicação com as entidades nacionais (Turismo, Cultura, Igreja e Associações) e internacionais, através da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, Fundação Xacobeo e Instituto Cultural do Conselho da Europa; proceder à promoção dos Caminhos Portugueses de Santiago a nível nacional e internacional; organizar eventos e seminários relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago e ainda, tendo em vista o atual DL 52/2019 apoiar os procedimentos para as respetivas certificações dos Caminhos de Santiago Portugueses, assim como a Certificação como Itinerários Culturais Europeus.



F.P.

3 - Atividades prosseguidas pelos serviços municipais:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E.P



DOPSU

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

▪ Setor de Obras Públicas

Ao setor de Obras Públicas compete, essencialmente, coordenar e gerir todas as tarefas inerentes à organização e elaboração dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas e, também coordenar e gerir a fiscalização das empreitadas de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal.

Nesse âmbito, durante o ano de 2022, decorreram as empreitadas identificadas no mapa a seguir, algumas das quais com início em anos anteriores.

São também referenciadas algumas empreitadas que, embora não tenham tido faturação no ano de 2022, tiveram o processo de concurso de contratação concretizado nesse ano.

EMPREITADA COM FATURAÇÃO EM 2022	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	FATURAÇÃO 2022
2019		
Recinto de promoção e valorização de produtos endógenos do Douro - Largo Padre José Pinto de Carvalho	343 107,89 €	92 615,52 €
Implementação dos modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga	822 547,11 €	300 040,52 €
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago	109 753,53 €	10 395,00 €
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago- Trabalhos Complementares	4 937,51 €	4 937,51 €
2020		
Reabilitação de edifícios do Bairro da Junta Autónoma de Estradas	379 702,24 €	20 683,20 €
Reabilitação de edifícios do Bairro Diocese de Vila Real	793 766,72 €	207 936,03 €
Revitalização do Balneário Termal para fins terapêuticos das Caldas do Moledo	1 543 990,00 €	859 791,11 €
Reabilitação e Regeneração do Hospital D. Luiz I	3 183 122,46 €	876 534,97 €

2021

Reabilitação de edifícios do Bairro da Azenha - Eficiência Energética	779 221,88 €	525 360,00 €
Reparação de degraus e patamares de escadas na Rua das Nogueiras e muro de blocos degradados - Dourolar - Godim- Peso da Régua- Trabalhos complementares	4 000,00 €	4 000,00 €
Execução e manutenção de pavimentos em cubos de granito – Concelho de Peso da Régua	144 744,17 €	40 907,50 €
Instalação de relva sintética – Polidesportivo de Vilarinho dos Freires - Peso da Régua	20 200,00 €	20 200,00 €
Reabilitação de pavimento e infraestruturas de águas pluviais - Avenida do Douro	139 995,42 €	139 995,42 €
Pinturas na EM 313 - Vilº dos Freires e na EM 313-1- Galafura	18 902,00 €	18 902,00 €
Execução de espaço de garagem e arrumos -Escola Galafura	29 790,50 €	29 790,50 €
Execução de troço de coletor de águas residuais em Covelinhas	16 998,35 €	16 998,35 €
Conclusão-correção das obras de urbanização do loteamento Quinta Viana -Fase I	122 081,59 €	109 343,10 €

2022

Muro de betão ciclópico na estrada acesso a Passos	13 620,00 €	13 620,00 €
Reabilitação de edifícios de habitação no Bairro Fundo Fomento Habitação – Bloco 21	198 739,71 €	83 404,77 €
Execução de passadeira na Rua da Lousada (União de Freguesias Régua/Godim)	5 758,50 €	5 758,50 €
Pavimentação do caminho do Brunheto - Fontelas	61 179,60 €	61 179,60 €
Reabilitação de espaço público (área lazer) - Rua Calouste Gulbenkian	14 150,00 €	14 150,00 €

Formação de base para relva sintética no polidesportivo de Vilarinho dos freires	6 750,00 €	6 750,00 €
Execução de pavimento em betão e acesso à cave do bloco 6- Bairro Diocese de Vila Real	10 800,00 €	10 800,00 €
Fornecimento e aplicação de tampas e murete para inutilização de coletor de águas pluviais - Avenida do Douro	2 600,00 €	2 600,00 €
Colocação de canais de drenagem, tubagem e colunas de iluminação - Polidesportivo de Vilarinho dos Freires	8 267,05 €	8 267,05 €
Reparação de Cobertura - Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	44 161,60 €	44 161,60 €
Reparação de Cobertura - Pavilhão Gimnodesportivo Municipal - Trabalhos complementares	6 146,24 €	6 146,24 €
Reabilitação de duas passadeiras na E.M. 601 e na Rua Padre Teixeira de Carvalho- Godim	17 470,00 €	12 840,90 €
Reabilitação de Espaço Público adjacente ao Bairro Social Junta Autónoma de Estradas	121 999,83 €	
Reabilitação de espaço público adjacente ao cemitério Godim - Fase II - Alargamento da Rua Camilo de Araújo Correia - Godim	303 700,00 €	
Reabilitação do arruamento entre o Centro Escolar das Alagoas e espaço público adjacente à Casa do Povo de Godim - Rua Prof. Virgílio Correia	279 025,60 €	
Iluminação e vedação - Polidesportivo de Vilarinho dos Freires	29 072,30 €	
Reabilitação do Antigo Hotel Vilhena - Habitação Social em Caldas do Moledo – Fontelas	1 266 868,24 €	

▪ Setor de Serviços Urbanos

Este setor é responsável pela conservação e manutenção das infraestruturas públicas municipais, podendo realizar, nessa área, pequenas intervenções por administração direta.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and the initials 'EP' at the bottom.

Mais discriminadamente, as competências referidas abrangem a manutenção, reparação de anomalias e pequenas inovações por administração direta, nos edifícios municipais, edifícios escolares e edifícios de habitação social. Inclui-se também a manutenção do espaço público, ambiente e gestão de resíduos.

Durante o ano de 2022 foram realizadas, por administração direta, inúmeras intervenções no âmbito da manutenção e conservação de edifícios municipais, escolares e de habitação social, num valor total de 94.000,00€.

No âmbito da manutenção e beneficiação de espaço público, foram efetuadas, por administração direta, intervenções de reparação e manutenção de pavimentos de vias rodoviárias, bem como reparação e beneficiação de passeios e vias pedonais. Houve, também, uma especial atenção à melhoria de acessibilidades a cidadãos com mobilidade reduzida, com a execução de rampas e rebaixamento de zonas de acesso a passadeiras. Foi, também, efetuado um reforço de sinalização rodoviária. O valor total gasto nessa área foi de 55.000,00€.

Na área de espaços verdes, ambiente e limpeza urbana, as intervenções incidiram na manutenção e beneficiação de jardins e áreas verdes da cidade, limpeza do espaço público, recolha de resíduos excedentes dos contentores, com especial incidência na recolha de papelão produzido pelos estabelecimentos comerciais e recolha de monstros. Foi também reforçado o número de papeleiras e contentores no espaço urbano. O valor referente ao conjunto de intervenções nesta área foi de 90.000,00€.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DPDEGT

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

No âmbito das atribuições e competências desta divisão, e à semelhança da grande parte do funcionamento dos outros serviços municipais, o ano de 2022 decorreu, integralmente, sem qualquer constrangimento resultante da situação pandémica, finalmente dissipada. Foi, assim, possível recuperar o habitual modelo funcional, com as vantagens que isso trouxe (em especial ao Setor de Gestão Urbanística) e, simultaneamente, iniciar a reflexão e planeamento sobre uma imprescindível modernização procedimental e de circuitos de tramitação com uma futura desmaterialização e digitalização processual.

Das modalidades alternativas adotadas por estes (e outros) serviços municipais para salvaguardar a saúde pública de munícipes e funcionários, a que resolveu a necessidade da realização de reuniões de trabalho e audiências através de um sistema de videoconferência tem permanecido, agora não pelas mesmas razões, mas pelas vantagens associadas a este modelo que permite agilizar encontros de interlocutores à distância, sejam eles munícipes, promotores, interessados ou equipas técnicas.

O retomar da normalidade funcional pré-pandemia no quadro desta divisão municipal, foi também acompanhada por uma colmatção de recursos humanos de que há algum tempo o município era carente: no Setor de Sistemas de Identificação Geográfica (SIG) a colaboração de estagiários formados em Geografia permitiu assegurar o apoio técnico ao Planeamento e à Gestão Urbanística; esta última área pode também contar com a colaboração permanente de um técnico formado em Direito; e, por último, o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) contou também com o apoio de um técnico recém-formado em Arquitetura que nestes serviços exerceu o seu estágio à Ordem. Também o Setor de Fiscalização se viu pleno com o regresso (já no último trimestre de 2021) de um dos fiscais municipais temporariamente deslocado por regime de mobilidade.

Não tendo este documento um teor prospetivo, não poderá deixar de referir-se aqui que esta situação de colmatção de recursos humanos especializados resulta em grande parte, e conforme o referido, da colaboração de técnicos no exercício de diferentes estágios (alguns dos quais terminados no ano passado) e que a necessidade anterior se verificará novamente a curto prazo, urgindo a sua resolução definitiva.

O planeamento municipal e supramunicipal marcou, indelevelmente, o exercício do ano anterior. No domínio municipal continuou-se o processo da 2.^a Revisão ao Plano Diretor Municipal de Peso da Régua, ao qual acresceu no decurso do segundo semestre, e em simultâneo, o processo de Alteração ao Plano Diretor Municipal como forma de responder de forma mais expedita à necessidade imperiosa de adaptar os instrumentos de gestão territorial municipal à nova política

de classificação e qualificação dos solos (cujo prazo legal para o seu término está fixado em dezembro de 2023) adaptação que se previu impossível de concretizar no quadro de tramitação (mais complexo) subjacente a um processo de revisão do PDM.

Neste processo de Adaptação do PDM, enquadrar-se-á uma alteração material numa das normas transpostas do POARC, por forma a retificar uma regra que têm causado uma discrepância de interpretação formal no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em zona urbana.

Ainda no domínio municipal, continuou o processo de elaboração do PP da Milnorte, tendo se concluído numa proposta de intervenção que integrou a Subestação de Tração Elétrica – estrutura edificada fundamental à eletrificação da linha ferroviária do Douro - numa solução amplamente discutida e concertada entre as Infraestruturas de Portugal I.P., os parceiros no âmbito do firmando contrato para planeamento BLEND IN DOURO, e o município. Também ainda durante o ano transato, e após algumas hesitações decorrentes da interpretação do enquadramento legal feita pelo pedido deste município para a constituição de uma Comissão de Acompanhamento ao plano, a CCDR-N concluiu na adoção da mesma modalidade (e tramitação) adotada para o desenvolvimento dos planos diretores municipais. O último trimestre deste processo foi assim caracterizado pelo convite às diversas entidades para nomeação de representante(s) na comissão e, com essas respostas, a convocatória para a realização da 1.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento ao PP da Milnorte.

Também na área do planeamento, mas numa hierarquia superior, o município, no limiar do ano anterior, participou no período de discussão pública do Plano de Gestão de Riscos e Inundações – Região Hidrográfica do Douro, manifestando a sua total oposição e discordância à proposta de plano com incidência sobre a área urbana inundável da cidade do Peso da Régua. Ainda no domínio hídrico, no decurso do ano passado, contrariando a expectativa programada, não se verificou nenhum desenvolvimento no processo de revisão ao Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC) promovido pela APA_ARH Norte, agora sob a forma de programa.

Para além do planeamento, compete também a esta divisão as áreas relacionadas com a estratégia municipal e a elaboração de estudos e projetos que respondem a essa estratégia de desenvolvimento. Neste sentido, o ano foi marcado pelo acompanhamento a projetos estruturantes de iniciativa municipal ou da administração central de onde se destacam a nova ligação entre o nó rodoviário da A24 e o interior da cidade – Via Estruturante do Rodo – e o

projeto de instalação de Estrutura de Acolhimento de Passageiros no âmbito da Modernização do Cais da Régua (promovido pela APDL).

O exercício do Gabinete de Estudos e Planeamento manteve o habitual apoio a outras unidades orgânicas nas Áreas de Reabilitação Urbana, Estratégia Local de Habitação e Alojamento Local; e, no âmbito da elaboração de estudos e projetos no apoio e instrução das candidaturas promovidas pelo município de onde se destacam o Bairro Comercial Digital (em parceria com a ACIR) e o Espaços Verdes Urbanos com ações requalificadoras com enfoque em plantações em áreas urbanas de referência. O ano passado foi ainda marcado pelo apoio deste gabinete em importantes obras em curso como são exemplo a Reabilitação do Balneário Termal (Piscinas) das Caldas do Moledo, a requalificação dos Bairros da Diocese de Vila Real, Junta Autónoma de Estradas e Azenha e das suas envolventes e, a fiscalização à obra de Reabilitação Ambiental das Margens do rio Corgo e Rodo.

No setor da gestão urbanística verificou-se uma ligeira redução no movimento processual designadamente na submissão de novos pedidos para as diferentes operações urbanísticas.

ATIVIDADE

Anulados os procedimentos processuais de contingência devidos à situação pandémica, e retomada que foi toda a tramitação habitual, paradoxalmente, durante o ano anterior, não se verificou a mesma dinâmica de entrada de pedidos para operações urbanísticas ou similares que caracterizou os indicadores do último semestre de 2021, concluindo-se, de uma forma geral, nos dados de 2018. De uma análise imediata pode-se deduzir duas razões principais para este facto: os movimentos processuais do último trimestre de 2021 corresponderam a um momento pós-pandémico imediato e, por isso, de carácter exponencial; por outro lado, a uma fase de retração posterior em consequência de um período social de pré-crise social resultante da guerra e consequente inflação que terá inibido promotores e munícipes de intentar algumas operações urbanísticas.

Os serviços, administrativo e técnico, do Setor de Gestão Urbanística retomaram a normalidade plena no que respeita ao regime de funcionamento e atendimento ao público, tendo sido anulado o regime de teletrabalho e de marcação prévia por videoconferência. Esta última modalidade manteve-se por opção de muitos interessados, tendo-se vulgarizado como forma de resposta a audiência e reuniões de trabalho entre serviços e técnicos, promotores e munícipes.

O quadro em baixo apresenta o resumo da movimentação processual global em números por tipologias de procedimento urbanístico em comparação aos anos transatos. Não obstante o total de processos se manter na média dos últimos três anos, os números relativos aos que têm maior

expressão – processo de obras – decresceram. O valor final é incrementado pelos “Diversos” e pela quantidade de pedidos de ocupação de via pública denotando na sua maior parte a execução de obras autorizadas e licenciadas em períodos anteriores.

Movimentação Processual	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Processos de Obras	76	114	96	119	76	97	121
Utilização / Alteração de Utilização	45	56	45	45	47	31	27
Processo de Loteamento	0	1	0	0	1	0	0
Destaque (certificação)	3	6	7	5	1	5	2
Informação Prévia	8	10	6	6	7	11	7
Propriedade Horizontal (Certificação)	5	8	6	5	8	4	4
Ocupação da Via Pública	31	24	21	19	23	15	18
Publicidade	2	13	1	9	7	6	13
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	332	302	288	340	279	271	246
Disposições de controlo de funcionamento	0	1	4	4	1	5	15
Ficha Técnica de Habitação	25	16	37	25	18	34	10
TOTAL	527	551	511	577	468	479	463

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Compete à Secção Administrativa a centralização e articulação das ações administrativas internas entre os Setores de Gestão Urbanística e de Fiscalização e superiormente com o órgão executivo e deliberativo, e externamente, com a gestão e comunicação oficial com os municípios, promotores e outros interessados, tudo, num quadro de cumprimento dos regimes jurídicos gerais e demais legislações aplicáveis, regulamentos municipais, e restante tramitação processual vinculada estritamente ao Código do Procedimento Administrativo.

Pelas razões gerais enunciadas anteriormente, no ano anterior constatou-se um regresso aos valores de 2020 apesar de se manterem o número de emissões de alvarás de obras de construção e de comunicações prévias. Este decréscimo geral deve-se essencialmente à diminuição das emissões dos alvarás de utilização.

Apesar de se constatar a emissão de um título de alvará de loteamento (contrariando a tendência nula dos últimos períodos homólogos) isso não anula a conclusão sobre a ausência por esta opção urbanística de intervenção, mesmo considerando a pouca abundância de território urbano com disponibilidade para as acolher.

Títulos	2022	2021	2020
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	58	56	43
Alvarás de Utilização	33	50	37
Alvarás de Loteamento	1	0	0
Aditamentos	11	6	7
Certidões	162	179	147

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Apesar da profícua análise processual das pretensões urbanísticas apresentadas no município, o Setor de Gestão Urbanística é composto apenas por dois técnicos superiores, a quem compete a verificação da instrução, submissão dos pedidos a consulta das entidades com tutela, e a verificação do cumprimento das normas e regulamentos urbanísticos e adequação aos instrumentos de gestão territorial em particular o cumprimento do Plano Diretor Municipal de Peso da Régua. A conclusão deste trabalho de análise é congregada nas informações técnicas colocadas à consideração superior de suporte a despachos e deliberações municipais no âmbito desta área.

Para além destas competências, aos mesmos técnicos municipais está também atribuído a função de esclarecimento técnico e processual, mantendo-se o regime de reserva de um dia semanal para o atendimento presencial, não obstante ter-se verificando um aumento da opção por via digital para estas audiências. Compete, ainda, a este setor e seus quadros a participação em comissões de fiscalização e vistoria, e a pronúncia em pareceres prévios de enquadramento de operações urbanísticas nas Áreas de Reabilitação Urbana definidas para o concelho.

O ano de 2022 foi o primeiro, no âmbito desta subdivisão orgânica, a contar com a prestação permanente de um técnico superior na área de Direito, cuja colaboração tinha sido já iniciada

[Handwritten signatures and initials]
E.P.

no último trimestre de 2021. Esta integração resultou numa maior-valia para este serviço, uma vez que, para além do suporte geral à análise processual, em especial no que se refere a assuntos relacionados com queixas ou similares, foi de extrema importância em três casos particulares que envolveram: uma queixa judicial sobre o município, a exigência de caução cativa em entidade bancária, e o aprofundamento da argumentação jurídica quanto a um pedido de certificação.

O quadro seguinte traduz a inversão do crescimento do número de processos e requerimentos informados verificados em 2021, consequência do menor número de pedidos submetidos no município no ano de 2022. Este decréscimo verificou-se em todos os parâmetros, com exceção para os pedidos deferidos que mantêm indicadores semelhantes ao período equivalente.

Obras Particulares		2022	2021	2020
Processos		527	551	511
Requerimentos		1303	1435	1115
Informados		3119	3402	2655
Deferidos	por despacho	507	521	450
	por deliberação	52	40	54
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1081	1227	893
	Técnicos	1476	1622	1258
Pareceres Externos		93	141	130
Ofícios / Notificações		1023	1125	899

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Este setor tem como competências e atribuições, no âmbito desta divisão orgânica, a fiscalização e prevenção da legalidade e conformidade das operações urbanísticas licenciadas e autorizadas, verificando-as em ações ordinárias no terreno.



Para além destas funções, os fiscais municipais que integram este setor, colaboram habitualmente com a Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos e Divisão Administrativa e Financeira nas ações de fiscalização das feiras de levante, festas anuais e funcionamento do mercado municipal.

No início do ano de 2022, a estabilização do quadro de fiscais municipais afetos a este setor - em resultado do regresso de regime de mobilidade de um dos funcionários - permitiu fazer uma melhor redistribuição das áreas territoriais concelhias - Nascente - Central (Urbana) - Poente - permutando os fiscais afetos a cada uma destas zonas.

Com isto, constatou-se numa maior normalidade de ações e de retoma dos indicadores habituais, dissipando-se o deficit dos últimos anos por via da ausência da colmatação do quadro em regime de mobilidade, normalizando-se uma pretendida cobertura mais eficiente do todo o território.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

A colaboração, durante parte do ano de 2022, de dois técnicos estagiários formados em Geografia, um no âmbito de um programa ocupacional do IEFP, e outro no âmbito de um estágio académico, permitiu obter resultados significativos neste setor, reativando-o, e assim assegurar a grande parte das ações que competem a esta subestrutura de apoio fundamental às áreas de Planeamento e de Gestão Urbanística.

O perfil de cada um dos técnicos referidos, um dos quais a concluir uma especialização em Planeamento Urbano, permitiu uma clara distinção de colaborações, racionalizando esses recursos com importantes resultados para cada uma das áreas a que foram dedicados.

No âmbito do Planeamento permitiu acompanhar de forma sustentada o processo de elaboração de cartografia digital e sua conclusão, com a homologação com sucesso junto da Direção Geral do Território - elemento fundamental e imprescindível aos processos de Alteração e de Revisão ao Plano Diretor Municipal de Peso da Régua iniciados e em curso.

Permitiu ainda, no âmbito desta área, o acompanhamento técnico aos processos de elaboração dos diversos instrumentos de gestão territorial a decorrer, em especial os relativos ao PDM, com o tratamento da informação planimétrica produzida pelas equipas técnicas externas contratadas pelo município e a integração dessa informação no Sistema de Identificação Geográfica municipal.

O contributo deste setor para a área de Gestão Urbanística, verificou-se na identificação cadastral, atualização, sistematização cartográfica e recolha e tratamento de informação de

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'EP' at the bottom.]

apoio à gestão de todas as infraestruturas, bem como na identificação e registo das diversas operações urbanísticas. A isto acresce as questões relacionadas com a toponímia municipal, assegurando-se a atribuição de números de polícia em resposta aos pedidos, e o apoio técnico às juntas de freguesia em processos de elaboração toponímica e numeração e, sua validação.

As atividades deste setor, em especial no que se refere ao SIG, resumem-se aos seguintes trabalhos:

- Acompanhamento à elaboração e homologação da nova cartografia municipal;
- Tratamento, georreferenciação e estudos de suporte à elaboração dos instrumentos de gestão territorial em execução;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a consequente organização e arquivo e apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Resposta a requerimentos diversos relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas;
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e plantas de localização;
- Colaboração com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, na georreferenciação da localização dos novos ecopontos (DOPSU / ADIN); circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade (DOPSU); e atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas (ERSAR).

A conclusão do estágio no decurso do ano anterior, e a necessidade da manutenção de grande parte destas tarefas, obrigou ao município, por sugestão desta divisão, a contratação de prestação de serviços para este efeito, cujo exercício e objetivos foram os mesmos que se reproduziram anteriormente.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Conforme o referido no relatório de atividades de 2021, o reforço, na maior parte do ano dos dois técnicos estagiários na área da Geografia, permitiu libertar os técnicos do quadro fixo do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) de tarefas acessórias e de recurso, podendo concentrar-se mais na suas naturais competências e atribuições, designadamente a elaboração



de estudos e projetos, o acompanhamento ao planeamento municipal e também o apoio técnico a outras unidades orgânicas do município.

Para além deste facto, e com resultados óbvios, o GEP pode contar no mesmo modelo de estágio, neste caso de acesso à Ordem profissional, com um técnico formado na área de Arquitetura cujo contributo foi muito importante no decurso do ano transato, em particular no que se refere à assistência técnica à obra de reabilitação das piscinas termais de Caldas de Moledo.

Assim, no ano de 2022, o GEP manteve a sua atividade no desenvolvimento de estudos e projetos-base, no apoio à área de planeamento urbano, na área do paisagismo, e no apoio técnico a obras em curso.

Em duas das candidaturas promovidas por este município (uma delas em parceria com a ACIR) – “Espaços Verdes Urbanos” e “Bairro Digital Comercial”, este gabinete teve um papel ativo na elaboração de estudos preliminares de suporte à estratégia definida e à produção de elementos diversos de instrução a esses processos.

No planeamento a participação do gabinete centrou-se na análise, apoio técnico e validação, aos processos de alteração, revisão e elaboração em curso: PDM e PP Milnorte.

Manteve durante todo o período a que se refere este relatório, a fiscalização às obras de limpeza e reabilitação das margens de linhas de água no rio Douro e adjacentes - rio Corgo, ribeira do Rodo e rio Varosa, no âmbito do protocolo estabelecido entre a Agência Portuguesa do Ambiente, Administração Regional Hidrográfica do Norte (APA - ARH Norte) e o Município do Peso da Régua.

Como é habitual, para além destas atribuições, o GEP continua a assegurar a análise à instrução e validação dos pedidos de Alojamento Local que carecem de parecer municipal, o apoio aos municípios na sua inscrição junto do Turismo de Portugal, e às consequentes ações de vistoria, integrando através de um dos seus técnicos a comissão municipal para esse efeito.

Estudos e Levantamentos

- Alçados na Rua dos Camilos (Levantamento)
- Centro de Saúde do Peso da Régua (Levantamento)
- Atualização da Base Topográfica do Concelho
- Ecopista Prolongamento (Estudo)
- Ligação do nó da A24 à EM601 e zona empresarial (cadastro e estudos)
- Túnel Verde (Avenida do Douro)

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "M. J. M." and "E. J."]

- PGRI - Participação Pública

Projetos

- Candidatura Bairro Digital:
 - Largo da Casa do Douro
 - Reabilitação da Rua dos Camilos e implantação de manta vegetal de sombreamento
 - Reabilitação da Rua Marques de Pombal
 - Implantação de passadeira mecânica na Rua Barão de Forrester
 - Reabilitação da Rua da Ferreirinha
 - Reabilitação da Rua José Vasques Osório
 - Reabilitação da Rua João de Lemos, CEPED
- Centro de Exposições dos Produtos Endógenos do Douro)
- Arranjos Exteriores do Moledo

Apoio a outras unidades orgânicas

- Resíduos Sólidos Urbanos/Águas/Saneamento | apoio SIG – DOPSU
- Hospital D Luiz – Cronograma de Obras | DPDEGT
- Milnorte - apoio | DPDEGT
- Reabilitação da Rua Professor Virgílio Correia - apoio | DOPSU
- Zona Empresarial Vale de Vinhas | DPDEGT (Urbanismo)
- Festas da Ascensão, S. João, N.ª. Sr.ª do Socorro | DDSE
- IMI - Classificação de Prédios Devolutos | DAF
- ETAR Covelinhas | APA
- Fiscalização Obra | APA
- Avaliação Fitossanitária e apoio de arboricultura | secção de espaços verdes – DOPSU
- Fonte do Milho | DRCN

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

O Gabinete Florestal, a funcionar desde 2006, tem como objetivos fundamentais a concretização das tarefas no âmbito do planeamento, ordenamento, operacionalização dos espaços rurais/florestais do Concelho de Peso da Régua.

Planeamento

- Apoio na elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com o período de vigência 2022-2031 e tratamento de todo o processo relativo à sua consulta pública e publicação em diário da república;
- Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações neste âmbito;
- Participação em reuniões técnicas quinzenais da CSRGIFR do Douro (Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais) para definição do PSA Do Douro (Plano Sub-Regional da Ação do Douro).

Operacional

- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas e validação na plataforma correspondente;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvopastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios; estão marcadas

faixas nas freguesias de Sediolos, em que já foi executada a preparação da faixa para ser queimada durante o ano de 2023;

- No que se refere ao combate à Vespa das Galhas do Castanheiro, através da luta biológica, foram realizadas 2 largadas no concelho e foi prestado todo o apoio na sua monitorização após a realização das mesmas;
- Apoio na realização do Dia Mundial da Proteção Civil no concelho;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere ao lançamento de fogo-de-artifício;
- Manutenção de um dossier atualizado com a Legislação relevante para o sector florestal e também na área de proteção civil;
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os munícipes na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 27 de março do corrente ano já foram efetuados e registados 18370 pedidos de queima de sobrantes na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada no montante de 13.979€).








DDSE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

EDUCAÇÃO

As propostas elencadas no Plano e Orçamento 2022, no que concerne à área da Educação e Formação, são, agora, objeto de análise e reflexão no Relatório de Gestão 2022, por forma a verificar o reflexo das mesmas, quer nas metas previamente estabelecidas, quer nas estratégias para as colocar em prática por forma a que as mesmas fossem atingidas e surtissem os objetivos previamente delineados. Metas que sempre se alicerçaram na melhoria das aprendizagens dos alunos, de forma entusiasta, motivadora e em colaboração/cooperação entre pares, sendo os alunos o principal enfoque, bem como a relação com o contexto social não descurando, em qualquer momento, a equidade e a inclusão de todos.

A ação atenta, comprometida e proativa do Município do Peso da Régua, assente numa procura constante pela inovação, tem o desígnio de contribuir para um sistema educativo de qualidade, inclusivo, motivador e promotor da igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Neste sentido, no ano de 2022, o Município, numa estratégia concertada, promoveu um conjunto de iniciativas, medidas e projetos impulsionadores do sucesso educativo dos alunos do concelho, em várias vertentes.

No Apoio Social Escolar através de um conjunto de medidas que contribuíram para o alívio do orçamento familiar e para a promoção da equidade social, destacando-se:

- A gratuitidade das refeições e do transporte escolar para os alunos que frequentavam a Educação Pré-Escolar (EPE) nos Jardins de Infância sítos em Loureiro e Galafura, assim como para todos os alunos provenientes das freguesias rurais que frequentavam a EPE ou o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) dos estabelecimentos de ensino público do concelho;
- A comparticipação total do passe escolar para os alunos dos 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário, residentes nas freguesias rurais;
- A oferta, pelo 7º ano consecutivo, dos livros de fichas das áreas disciplinares de português, Matemática e Estudo do Meio a todos os alunos matriculados no 1.º CEB, e de Inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade. Esta medida abrangeu 416 alunos, o que se refletiu num investimento de 14.546,69€;



- A Instalação 10 de ecrãs interativos nas salas de aula do 1.º CEB, permitindo a criação de um espaço educativo inovador e estimulante e, simultaneamente, acompanhar a transição digital na Educação, num valor aproximado de 20.800,00€;
- O acompanhamento das crianças na EPE antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva, através das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), orientadas por técnicos do Município;
- A promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB, nomeadamente a Atividade Física e Desportiva e a Iniciação à Programação e Robótica para os quatro anos de escolaridade, Artes (Plástica e Musical) para o 1.º ano, o ensino do Inglês para o 2.º ano e a Música para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, garantindo a todos os alunos, de forma gratuita, um conjunto de oportunidades de aprendizagens enriquecedoras do currículo e, concomitantemente, uma resposta social adequada no domínio do apoio às famílias.

De salientar a aposta do Município na implementação da AEC de Iniciação à Programação e Robótica, com a pretensão de integrar os nossos alunos no mundo tecnológico, permitindo o desenvolvimento da sua literacia digital e do pensamento computacional, bem como a aquisição de competências fundamentais para o sucesso escolar e desenvolvimento pessoal;

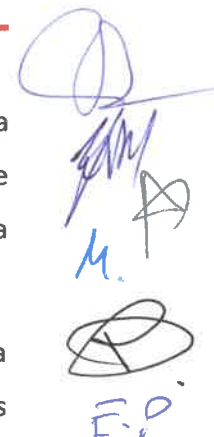
- A dinamização de atividades lúdico-pedagógicas e laboratoriais, junto dos alunos da EPE e do 1.º CEB dos Centros Escolares da Alameda e das Alagoas, em articulação com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (AEJAC), bem como a dinamização do Clube de Ciências na EB 2,3 do Peso da Régua, orientado para os alunos dos 2.º e 3.º CEB, com o propósito de estimular e despertar nos alunos inscritos o interesse pelas ciências experimentais;
- O incentivo à prática do xadrez como ferramenta pedagógica para o sucesso escolar dos alunos do 1.º CEB, em aulas orientadas por técnicos formados do Município. Em 2022, realizou-se o I Torneio de Xadrez com o intuito de envolver estes alunos em quadros competitivos e de promover o seu aperfeiçoamento e evolução neste jogo. Os vencedores do torneio foram contemplados com um tabuleiro de xadrez, constituindo um incentivo à sua prática em casa;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'D' and 'M.']

- A cedência das Piscinas Municipais e do transporte entre o estabelecimento de ensino de origem e estas instalações para a frequência de aulas de natação, inseridas na AEC de Atividade Física e Desportiva ou no âmbito da componente letiva da disciplina de Educação Física, proporcionando aos alunos de todos os níveis de ensino do AEJAC a oportunidade de contactarem e se adaptarem ao meio aquático;
- A promoção da prática desportiva como instrumento de inclusão através do Centro Desportivo Municipal, com funcionamento ao sábado de manhã. Os técnicos da área de Desporto do Município desenvolveram atividades desportivas diversificadas, proporcionando, aos 150 alunos do 1.º CEB inscritos, o acesso ao desporto e fomentando a adoção de estilos de vida saudáveis.

Na literacia alimentar através da dinamização de projetos no âmbito da alimentação saudável, salientando:

- O projeto “A minha Lancheira tem Superpoderes”, destinado às turmas do 1º ano de escolaridade, teve como finalidade prevenir e combater a problemática dos lanches escolares nutricionalmente desequilibrados, tendo sido executado em três sessões de educação alimentar;
- As sessões de Promoção de Alimentação Saudável para os alunos do 3º ano (PAS³), no âmbito do PASSE (Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar), em articulação com a Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do Douro;
- O projeto “Oficina da Alimentação”, destinado aos alunos do 4º ano de escolaridade, o qual se traduziu no desenvolvimento de atividades práticas para a promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e conscientes;
- O projeto “Evita o Desperdício Alimentar – Barriga cheia, Prato vazio”, implementado na EB 2,3 do Peso da Régua, que teve como intuito sensibilizar os alunos para esta problemática através da implementação de um sistema de monitorização do desperdício gerado no almoço escolar e de trabalhos desenvolvidos nas aulas de Educação para a Cidadania;
- A sessão de educação alimentar “Alimentação e Rendimento Escolar”, dirigida aos alunos do 12º ano de escolaridade, na qual foi explorada a relação positiva entre a alimentação saudável e o desempenho académico;



- A transmissão, aos alunos do 1.º CEB e do 5º ano de escolaridade, da comédia musical infantojuvenil “Dimensão S”, motivando, de uma forma divertida e pedagógica, para a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a inclusão da prática de exercício físico, numa parceria com a Filmideia;
- O jogo pedagógico “Roleta dos Alimentos”, para assinalar o Dia Mundial da Alimentação com os alunos do 6º ano de escolaridade, onde aprofundaram os conhecimentos sobre a Roda dos Alimentos, em conjunto com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro;
- A avaliação do estado nutricional de 455 alunos da EPE e 1.º CEB, através da recolha e análise de dados antropométricos (massa corporal, estatura e perímetro da cintura). Os casos sinalizados foram encaminhados para consulta de Nutrição, numa parceria com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro.

No fomento dos valores ambientais e da sustentabilidade junto da comunidade escolar, contribuindo para a construção de uma sociedade ecologicamente responsável e ativa, destacando:

- As Oficinas Experimentais de Educação Ambiental para os alunos dos 4º, 5º e 8º anos de escolaridade, dinamizadas pela empresa Águas do Norte em parceria com o Município, nas quais se sensibilizou, responsabilizou e educou para o valor da água, e em particular para a gestão adequada do seu ciclo urbano, através da execução de atividades práticas;
- A colaboração no projeto ClimActiC, promovido pela Universidade do Porto, o qual procurou explorar os impactos das alterações climáticas na vitivinicultura da nossa região, envolvendo os alunos em atividades de educação climática;
- A parceria estabelecida com o Clube Ciência Viva na Escola, do AEJAC, para a cooperação na promoção da consciencialização da comunidade escolar para a sustentabilidade, tendo sido prestado apoio logístico na criação de uma BioHorta na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e, numa ação conjunta, foram definidas iniciativas a desenvolver no próximo ano.

No âmbito da aquisição, desenvolvimento e reconhecimento de literacias académicas e cívicas, ressaltam-se algumas iniciativas, tais como:

- Concurso de Leitura, realizado em articulação com a Biblioteca Escolar do AEJAC, com a aquisição de 583 livros para todos os alunos da EPE e do 1.º CEB dos Centros Escolares,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "M." and "EP"]

no valor de 3.380,24€, procurando estimular o gosto pela leitura desde tenra idade. O Município assegurou ainda a compra de jogos educativos para os vencedores do referido concurso, no valor de 329,78€;

- A realização da fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura 2022, decorrida no Auditório Municipal do Peso da Régua, na qual foram apurados dois alunos por ciclo de ensino, dos 19 municípios, para representar a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) na fase nacional. Nas duas fases, municipal e Intermunicipal, estiveram afetos custos de 2.725,45€;
- A atribuição do prémio Dr. João de Araújo Correia, no valor de 650,00€, ao aluno do 9º e do 12º ano de escolaridade com o melhor desempenho na disciplina de Português, premiando o esforço e o mérito académico. A entrega do mesmo decorreu na cerimónia do Dia do Diploma, uma iniciativa de organização conjunta entre o Município e o AEJAC;
- A partilha de conhecimentos e experiências profissionais aos alunos do 10º ano de escolaridade com a concretização da 2.ª edição da palestra “Casos de Sucesso do AEJAC”, ministrada por ex-alunos do Agrupamento com testemunhos dos seus percursos académicos e profissionais e esclareceram as dúvidas colocadas pelos alunos;
- A realização da XIII Assembleia Municipal Jovem, que pretendeu dar aos alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade a possibilidade de perceberem o que é ser Autarca, incutindo o espírito de participação cívica e política na sociedade que integram;
- O assinalar do Mês da Proteção Civil com a apresentação da equipa e dos recursos existentes, que são acionados para dar resposta às necessidades da população do concelho, sensibilizando os alunos do 1.º CEB para a sua importância;
- A comemoração do Dia Mundial da Criança junto de todos os alunos da EPE do concelho e do 1.º CEB, com a realização de uma variedade de atividades de animação infantil ao longo do dia;
- A concretização da visita ao Oceanário de Lisboa, o que proporcionou aos alunos finalistas do 1.º CEB, assim como aos alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade, que ficaram privados de usufruir desta experiência nos anos anteriores devido à situação pandémica, um contacto direto com a biodiversidade e o oceano, sensibilizando para a sua conservação. Desta forma, foram realizadas três viagens, tendo o Município assegurado o transporte, as refeições principais e os bilhetes aos 356 alunos envolvidos, num total gasto de 9.330,28 €.

[Handwritten signatures and initials: a large signature at the top, followed by 'M. A.', a circled 'R', and 'E.P.']

Na celebração da época natalícia através de experiências enriquecedoras e promotoras de valores como o espírito de solidariedade e partilha, realçando:

- A organização e promoção da 2.ª edição da atividade “Natal com Arte”, um projeto que tem como mote o embelezamento da cidade com a decoração natalícia do Mercado Municipal, do Auditório Municipal e das montras do comércio tradicional, envolvendo a comunidade educativa de todos os níveis de ensino do concelho, incluindo as IPSS com valência de EPE, assim como as participantes das Oficinas Culturais do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS-4G) do Peso da Régua, promovendo, desta forma, uma colaboração intergeracional;
- A dramatização do livro “24 horas antes do Natal”, no espaço da Biblioteca Municipal, levando a todas as crianças da EPE do concelho a magia do Natal e despertando, desde tenra idade, o interesse pelos livros.

Nas parcerias estabelecidas, quer internamente, quer com os parceiros externos num trabalho colaborativo e cooperativo, destacam-se algumas iniciativas, tais como:

- O trabalho de estreita ligação desenvolvido com o AEJAC na identificação das necessidades dos diferentes níveis de ensino e na implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas, cooperando com os seus diferentes departamentos, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) e a Equipa de Inovação para a integração e inclusão de todas as crianças e jovens;
- A capacitação dos Assistentes Operacionais do AEJAC através da ação de formação de Suporte Básico de Vida, proporcionando a aquisição de aprendizagens e competências, com particular enfoque na atuação em caso de urgência;
- A parceria estabelecida com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com valência de EPE do concelho, que permitiu a implementação e realização de atividades laboratoriais junto das crianças, assim como a promoção de ação de formação que incidiu na partilha de técnicas de animação na infância para os Auxiliares de Educação Infantil.

O estabelecimento e reforço de parcerias com outras entidades, enriquecendo as atividades e projetos desenvolvidos, nomeadamente com:



- O Programa CLDS-4G do Peso da Régua com a realização de ações de sensibilização junto dos alunos dos diferentes níveis de ensino, particularmente nos domínios da alimentação, bullying e segurança rodoviária, com os projetos “Rita e a Floresta dos Legumes”, “Deixa o Bullying Só!” e “Patrulha Júnior”, respetivamente;
 - O ACES Douro I – Marão e Douro Norte na implementação do projeto EcoEscovinha, no âmbito da promoção da saúde oral, e do projeto + Contigo, no âmbito da promoção de saúde mental e prevenção de comportamentos secundários na comunidade educativa;
 - A Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR) para a concretização da atividade “Natal com Arte” e no envolvimento da personagem infantojuvenil do Município, LadyTag, na programação da animação de rua na época natalícia;
 - A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo (EPDRR) para a promoção da oferta de educação e formação de adultos;
 - O Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (CLA-UA) para a dinamização de ações de sensibilização sobre temáticas inerentes à promoção do sucesso educativo, destinadas aos agentes educativos;
 - A Comissão e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Peso da Régua na potenciação do Programa de Intervenção Precoce, apoiando também na dinamização de iniciativas;
 - A promoção do “Concurso Municipal de Ideias de Negócio”, o qual, reconhecendo a importância do empreendedorismo para o crescimento da economia de base local e regional, permitiu apoiar e premiar ideias inovadoras com potencial comercial. Foi uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Programa CLDS-4G, dirigida aos alunos do AEJAC e da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e à população do concelho em geral;
 - A organização da “Feira de Apoio ao Empreendedor”, em parceria com o Programa CLDS-4G, a qual contou com sessões de informação, *workshops*, uma mostra da oferta formativa existente no concelho e soluções de apoio e financiamento para a criação do próprio emprego, como medida de incentivo ao empreendedorismo.
-

ASSOCIATIVISMO

No ano de 2022, integraram a nossa base de dados um total de 60 associações, nas suas diferentes vertentes e distribuídas por todas as freguesias.

O Programa de Apoio ao Associativismo tem, à semelhança dos anos anteriores, grande expressividade no exercício económico em apreço.

Nos termos do PAA, está contemplado, o apoio financeiro, apoio ao transporte e a cedência de instalações/equipamentos, prestado pela autarquia às associações que desenvolvem a sua atividade no concelho, nas várias áreas, nomeadamente nas áreas da ação social, cultural, desportiva e juvenil.

Os apoios municipais atribuídos às coletividades totalizaram o valor de 1.160.261,20€.

Quanto aos valores transferidos às associações no ano de 2022, estes traduzem-se no valor total de 565.131,20€, onde se encontram incluídos os apoios às IPSS'S e aos Bombeiros Voluntários.

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 144.800,00€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 84.980,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 29.880,00€ e ao Campo Dr. Rui Machado 29.940,00€.

Os apoios de termos de transporte também foram contabilizados e os 397 pedidos de transporte satisfeitos em 2022 traduziram-se num custo total para o Município de 147.130,00€.

Desde 2014 que apoiamos as associações com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2022 este apoio traduz-se no valor de 303.200,00 €, distribuídos por 33 associações.

Para além dos apoios previstos no PAA e como forma de reconhecimento do trabalho de dinamização, promoção e defesa dos costumes locais, bem como a importância do associativismo como escola de cidadania participativa e veículo de aprendizagem social, a autarquia, através dos seus serviços, continuam a prestar apoio técnico e individualizado.

CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA E CAMPANHA DE APOIO À IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de assegurar a eliminação do recurso ao abate para o efeito.

Na esteira do que é preconizado na lei e vem sendo prática de anos anteriores, o XXII Governo Constitucional, empenhado em garantir os resultados obtidos neste âmbito, previu em Orçamento do Estado a promoção de um campanha nacional de esterilizações de cães e gatos, em cooperação com as associações zoófilas legalmente constituídas, as autarquias locais ou com as entidades gestoras de CRO intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilizações de cães e gatos de companhia no valor de 2.000.000€.

O apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como o ICNF I.P., o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal.

Em suma, no ano de 2022 e ao abrigo da campanha de esterilização, foram esterilizados no total 148 animais o que se traduz no valor total de 14.056,00€, tendo o município assegurado o pagamento junto das clínicas veterinárias no valor de 7.028,00€.

TURISMO

No que concerne à procura na LIT foram registados cerca de 4000 atendimentos presenciais, o que revela uma recuperação de cerca de 50% face a 2021, mas ainda muito aquém dos mais de 10 mil registados em 2019. Continua a verificar-se que a denominada época alta portuguesa absorve a maioria da procura, os meses de agosto e setembro são claramente destacados, provavelmente pelo produto mais vendido turisticamente na região: “as vindimas”.

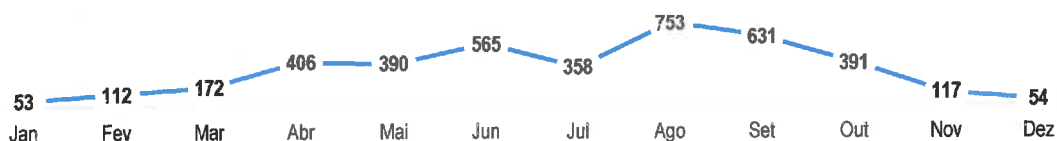


Gráfico 1 - Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

A procura na LIT continua sustentada pela procura nacional, apresentando todas as outras nacionalidades uma procura pouco expressiva, sendo que a França, a Espanha a Inglaterra, o Brasil e a Alemanha continuam a marcar as posições cimeiras dos atendimentos.

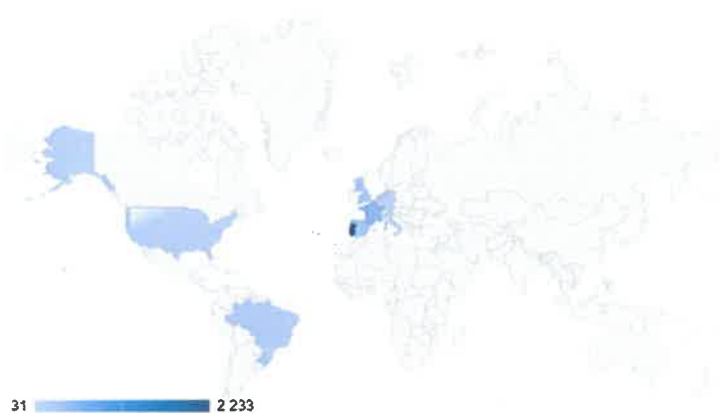


Gráfico 2 - Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

A maior motivação dos turistas prendeu-se com a realização da Rota da N2, seguida por questões de carácter geral sobre o concelho e sobre a região no sentido de o turista aprender e conhecer mais um pouco sobre o nosso território.

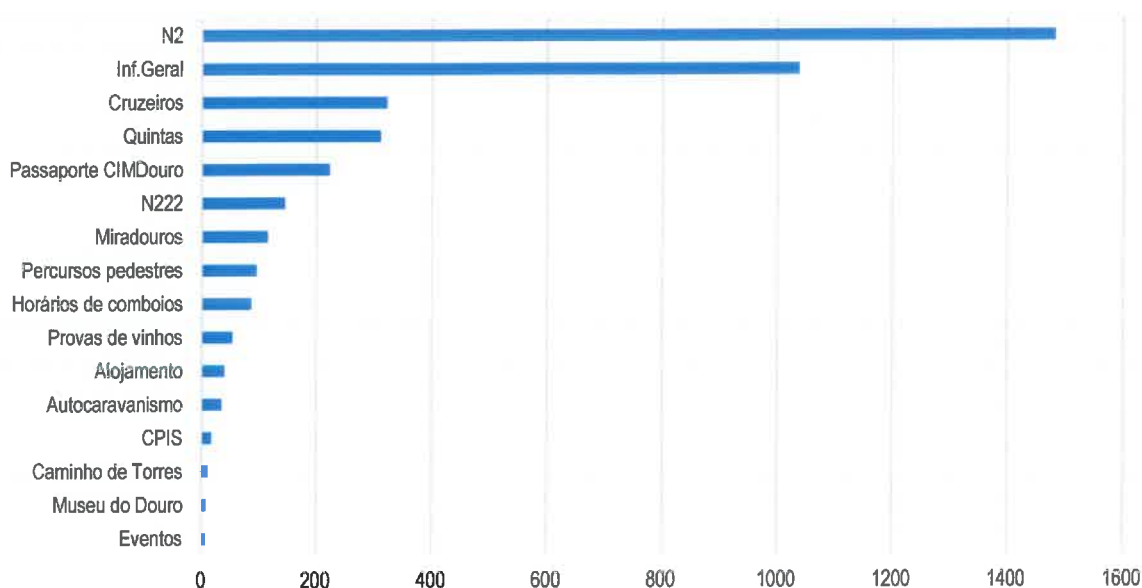


Gráfico 3 - Procura da LIT por motivação – Nº de atendimentos

No registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificou-se um grande equilíbrio por parte dos géneros considerados e, se em 2021 o grupo dos 31 aos 50 tinha uma procura muito semelhante, verifica-se agora que as faixas etárias mais altas marcam a procura de 2022.

M. J. P.
A.
F.P.

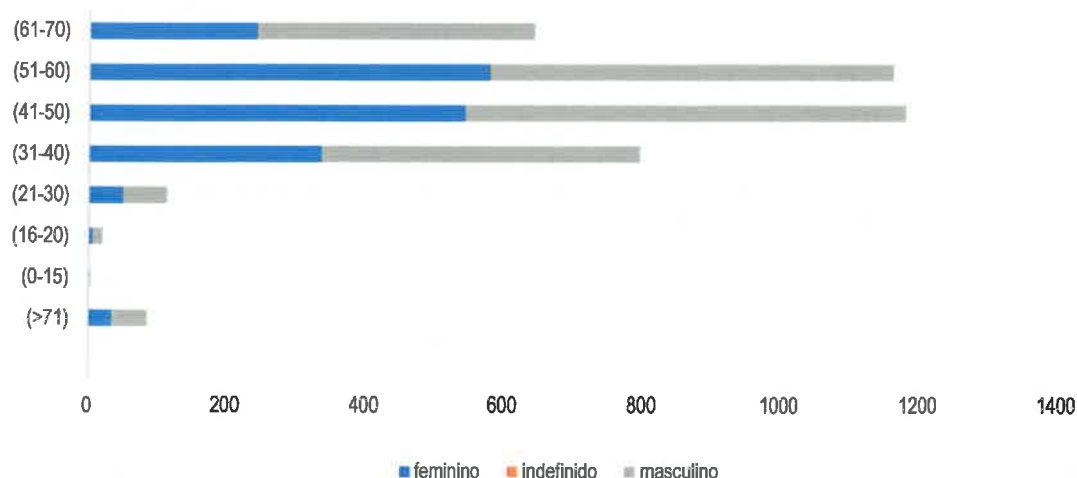


Gráfico 4 -Procura da LIT – Nº de atendimentos por género e faixa etária

Para 2022 reportamos também, pela primeira vez, o tempo de permanência na cidade/concelho dos turistas que se dirigiram à LIT (gráfico 5), para que se possa perceber o tempo disponível da procura e assim planejar formas de fixar durante mais tempo o turista ao território.

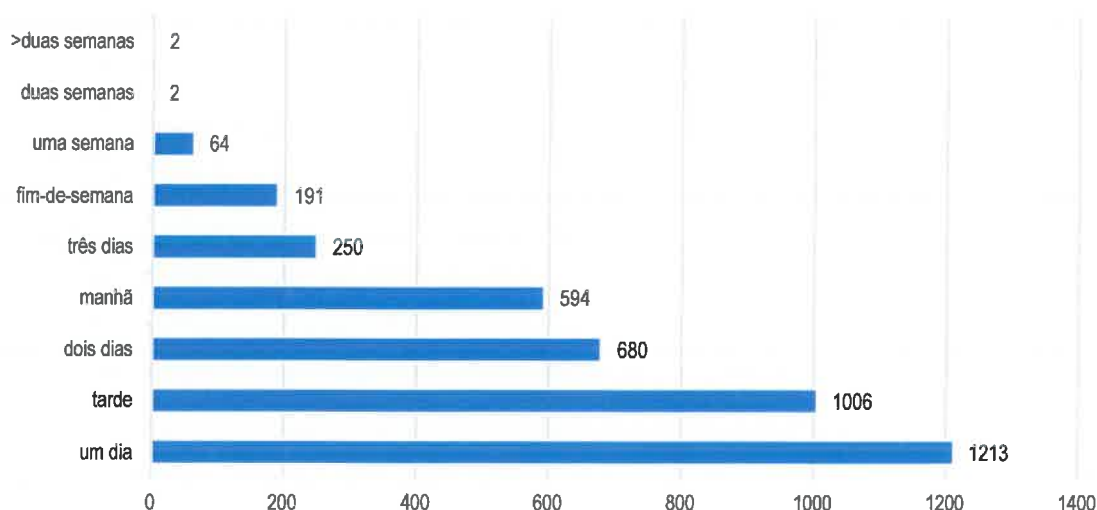


Gráfico 5 -Procura da LIT – Tempo de permanência na cidade/concelho

Para além da participação em feiras turísticas integradas em balcão da CIM Douro, da N2 e da Federação dos Caminhos Portugueses de Santiago, participamos em balcão próprio na Expocidades, Ferrol (Espanha), na Feira Nacional de Agricultura Santarém, no Festival Nacional de Gastronomia, Santarém e no 23.º Salão Internacional de Turismo Gastronómico Xantar 2022, Ourense (Espanha).

AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

Em 2022, a programação do AUDIR continuou bastante condicionada pela evolução da pandemia Covid-19 em Portugal, pelo que a programação de palco apenas foi retomada em março, com regras de ocupação que limitaram o acesso do público. As consequências da pandemia perduram e reflete-se na forma como o público adere às propostas de programação. 2019 foi um ano de excelência para o Auditório Municipal do Peso da Régua, em que todo o trabalho de formação de públicos começava a ter resultados visíveis, bastante positivos e encorajadores. A pandemia empurrou-nos para o início deste processo, tal foi o retrocesso no que concerne à taxa de adesão.

No período compreendido entre março e dezembro de 2022 promovemos 84 sessões de cinema, com 2802 espectadores. Nesta área teremos de considerar as dificuldades de programação resultantes da forma como a indústria cinematográfica reagiu à pandemia, com grandes produções adiadas e a indústria a recuperar muito lentamente. Os filmes que têm estado disponíveis para programação não são do agrado do grande público. Na falta de opções que garantam uma maior recetividade, temos tentado gerir os danos e cumprir o calendário da melhor forma possível, com as opções existentes no mercado.

No que respeita a programação de palco as dificuldades estão relacionadas com a falta de público. É evidente na população reguense uma grande apatia cultural, que compromete todo o esforço que é feito no sentido de garantir uma programação transversal. Mesmo assim, não baixamos os braços e acreditamos que a persistência nos permitirá voltar aos resultados de 2019 e continuar a crescer. De março a dezembro, realizamos 31 espetáculos de palco, aos quais correspondem 4389 espetadores.

O grande auditório recebeu cerimónias emblemáticas como a Gala comemorativa do Dia Internacional da Mulher e a cerimónia de condecoração municipal, que juntas registaram cerca de 500 pessoas.

A polivalência do pequeno e do grande auditório permitiu a realização de iniciativas em parceria com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Escola Profissional e Desenvolvimento Rural do Rodo e CLDS 4G, cujo público-alvo se cifra em cerca de 1500 pessoas.

O auditório exterior foi ainda palco da cerimónia da Gala de Desporto do Peso da Régua, a qual juntou cerca de 800 espectadores, bem como da comemoração do Dia do Patrono, promovido pelo Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, a qual juntou cerca de 1000 espectadores.

A segunda edição da Douro Wine City trouxe ao Auditório Municipal do Peso da Régua cerca de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10 mil pessoas, que participaram no certame, usufruindo de provas de vinho, provas comentadas, workshops de culinária e num programa cultural de excelência.

Este trabalho foi complementado com a realização de 6 workshops temáticos, que no total registaram a participação de cerca de 400 pessoas.

Em 2022, Peso da Régua voltou a ser um dos palcos privilegiados da cultura em Portugal, ao receber a exposição internacional 20 ANOS DO ALTO DOURO VINHATEIRO A PATRIMÓNIO MUNDIAL, que reuniu o trabalho de 39 artistas, em representação de países como Portugal, Espanha, Moçambique, Angola, Reino Unidos, Bélgica, Brasil e Países Baixos. No total, 4 exposições temporárias preencheram o calendário da Galeria de Artes entre março e dezembro. No que concerne ao número de visitantes, totalizamos 880 visitas.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

Em funcionamento desde o ano de 2006, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua assume como missão a promoção da educação, da cultura, da informação e do lazer em torno do livro e da leitura, contribuindo para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com os dados estatísticos relativos a 2022, a Biblioteca Municipal possui uma coleção de 24 923 registos, sendo que no ano em questão adquiriu 542 publicações. Este fundo está, na sua maioria, em livre acesso ao público e disponível para empréstimo domiciliário. Existe, contudo, uma parte do acervo que, pelas suas características, apenas pode ser consultado localmente.

A Biblioteca Municipal contava, à data de 31 de dezembro de 2022, com 2712 utilizadores inscritos, tendo sido registados durante o ano de 2022, 152 novos utilizadores.

No ano de 2022 registaram-se 527 pedidos de empréstimo domiciliário, realizando-se 1220 empréstimos de volumes/unidades físicas.

No que concerne à utilização dos serviços, a Biblioteca Municipal registou 4535 entradas e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 42%, sendo contabilizadas 425 sessões de acesso à internet.

O ano de 2022 ficou marcado pela seleção da Biblioteca Municipal do Peso da Régua para a realização da fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura, a 22 de abril.

Das atividades correntes que são realizadas, no ano de 2022 a Biblioteca Municipal, para além da realização da XXIII Feira do Livro do Douro, realizou as seguintes ações:



- Fase Municipal da 15ª edição do Concurso Nacional de Leitura, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, tendo participado também na fase escolar do evento;
- Celebração do Dia do Internacional do Livro Infantil, com a oferta de marcadores, lápis, pulseiras, cantis literários e bolsas alusivos a esta data;
- Celebração do Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, com a iniciativa “Leve um Livro, Receba uma Rosa”;
- Exposição “Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul”;
- Várias reuniões do Clube de Leitura “Café com Livros”;
- Celebração do Halloween, com a iniciativa “DOÇURA E LEITURA”, através da oferta de uma caixa de doces aquando da requisição de livros;
- Celebração do Dia de São Martinho, através da oferta de um marcador em forma de espada aquando da requisição de livros;
- Oferta de livros às IPSS do concelho que possuem as valências de Centro de Dia/Convívio e Estrutura Residencial para Idosos;
- Celebração da época natalícia, através da oferta de um anjo aquando da requisição de livros;
- Leitura e dramatização do livro “24 horas antes do Natal” aos alunos do ensino pré-escolar público e privado do Peso da Régua.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

No âmbito da Ação Social e Habitação, o Município do Peso da Régua tem implementado um conjunto de políticas sociais que se traduzem em estar mais próximo das suas “gentes”, minimizando fatores de risco a que estão expostas. A sua intervenção é efetivada através do Gabinete de Ação Social e Habitação, de forma presencial e não presencial, por atendimentos telefónicos, visitas, encaminhamentos, em articulação institucional, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2022 nos seguintes números: 1050 atendimentos; 757 visitas domiciliárias; 98 reuniões de trabalho/parceria e cerca de 105 encaminhamentos para instituições parceiras.

O número médio de atendimentos por mês foi de 87, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente. Em relação às visitas domiciliárias efetuadas, estão contempladas as visitas no âmbito da atividade dos Cabazes de Natal num total de 455 inscrições. À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 25



visitas/mês. No seguimento, realizaram-se, em média, cerca de 8 reuniões/mês com os parceiros.

Em relação ao funcionamento do Espaço S, a Câmara Municipal assegura a sua abertura ao público através de trabalho voluntário e da contratação de um elemento desempregado, inserido em Contrato Emprego Inserção +, em articulação com o IEFP.

De janeiro a dezembro de 2022, realizaram-se 405 entregas de cabazes alimentares, sendo que cerca de 33 cabazes foram distribuídos mensalmente a famílias carenciadas. Ainda ao longo de 2022, o Espaço Solidário apoiou uma média de 55 famílias/mês na procura de bens, nomeadamente, vestuário e calçado e cerca de 30 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No seguimento da política municipal de apoio e incentivo aos estudantes do concelho ao Ensino Superior e considerando a vulnerabilidade económica das famílias, no ano letivo 2021/2022 foram atribuídas 59 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior que frequentam a licenciatura, no valor de 750,00€ a cada aluno, perfazendo um total de 44.250,00€.

No âmbito da intervenção comunitária e ao longo do ano de 2022 foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho, em parceria, com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;
- Dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 10 reuniões, de periodicidade mensal, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 2 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho.
- Elaboração, apreciação, discussão e votação dos pareceres emitidos pelo Núcleo Executivo no âmbito das candidaturas para a Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais – Aviso N.º 02/C03-IO1/2021 – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Foram ainda realizadas ações de informação/sensibilização com as entidades parceiras do CLAS, cujos temas se prendem com as áreas de intervenção prioritária para o concelho:

OK
M.
PM
A
EP

- Elaboração do Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças – Projeto Adélia;
- Ação de Formação em Intervenção Social com as comunidades ciganas;
- Ação de Formação em Percursos Escolares Inclusivos;
- Ação de Sensibilização “Não Deixem o Bullying Só”;
- Ação de Capacitação: Prevenção da Violência Contra a Mulher – “Desmistificar para atuar”;
- Ações de Sensibilização – Prevenção do Cancro da Mama;
- Ações de Formação – Suporte Básico de Vida;
- Comemoração do 33.º Aniversário sobre a Convenção dos Direitos da Criança – Apresentação da peça “O pássaro da Alma”, exposição trabalhos sobre as emoções elaborados pelas crianças do pré-escolar do Concelho;
- Elaboração de um laço Humano (crianças pré-escolar do Concelho) - Mês da Prevenção dos maus-tratos na infância – Campanha laço Azul;
- Assinalar o dia da Erradicação da Pobreza - Sessão de apresentação pública do livro Maria Liberdade e Tia Miséria – EAPN – alunos do 4.º ano do 1.º Ciclo;
- Ação de Informação: Promoção de uma Alimentação e Estilos de Vida Saudáveis – “Rita e a Floresta dos Legumes”.

Realização de visitas às IPSS para auscultação dos parceiros e levantamento das necessidades.

- Promoção de parcerias e do trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;

Continuação da dinamização e consolidação da atividade desenvolvida no âmbito da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, tendo ao longo de 2021 efetuado 177 visitas (com reincidência), numa média mensal de 16 visitas. Resulta, ainda, do trabalho desta comissão a construção de relação de proximidade com o ministério público, no sentido de criação de fio condutor de situações limite e que, devem ser devidamente encaminhadas para esta entidade, por inexistência de resposta ou por impedimento do próprio idoso(a). Para o efeito, foram efetuadas reuniões junto desta entidade e, até à data, encaminhadas 3 situações para Tribunal.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), é uma estrutura local criada no ano de 2009, cujo

principal propósito, passa por prestar apoio a todos os jovens e adultos desempregados do Concelho de Peso da Régua, tanto na definição, como no desenvolvimento do seu percurso profissional, tendo sempre em linha de conta, a parceria fundamental, com o Serviço de Emprego de Vila Real.

Localizado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua, o GIP encontra-se em funcionamento diariamente e disponível para receber todos os munícipes do concelho, de uma forma individualizada. São diversas as áreas de atividade do GIP, tais como, captação e divulgação de ofertas de emprego, encaminhamento de utentes para grupos de formação profissional, direcionada a jovens e adultos desempregados, apoio na procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e mais adequadas a cada perfil, encaminhamento para ofertas de qualificação, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Através da cooperação, com as inúmeras entidades empregadoras locais, o GIP tem conseguido fazer face às taxas de desemprego locais, pelo encaminhamento e inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma, mais e melhores condições de trabalho e de vida, para os seus munícipes.

No ano de 2022, a Técnica Animadora do GIP realizou 216 novas inscrições.

No período de janeiro a dezembro de 2022, o GIP realizou 12 Sessões Coletivas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 314 Sessões Individualizadas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 94 Sessões Individuais de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 189 Ações Individualizadas de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 13 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 5 Sessões de Encaminhamento de Utesntes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 1876 utentes.

No âmbito do atendimento ao público, são recebidos diariamente no GIP, uma média de 10 utentes, onde a Técnica Animadora presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 220 a 230 atendimentos/mês.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a star-like mark, and the letters 'H.' and 'EJ' below.]

Foram rececionadas e registadas 14 novas ofertas de emprego e cerca de 9 utentes desempregados tiveram colocação final nas mesmas. Foram encaminhados para entrevistas presenciais, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 774 utentes.

É igualmente da competência do GIP, disponibilizar apoio às entidades empregadoras locais, na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 31 Entidades Privadas e Públicas, pertencentes ao concelho do Peso da Régua e submetidas 26 candidaturas e colocados 36 munícipes reguenses. Após o arranque destas candidaturas, todas as Entidades foram igualmente apoiadas no que respeita à gestão dos processos das mesmas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagens de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real.

Relativamente à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o encaminhamento de 187 munícipes para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, nas áreas de Literacia Digital, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, Ação Educativa, Inglês, Saúde, Informática, Multimédia e Contabilidade. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), A2000 e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua.

Em consonância com o ano 2021, o GIP consolidou de forma mais fortificada, as suas parcerias com o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua e o projeto CLDS 4G, tendo sempre como objetivo principal, a célere e individualizada resposta, a toda e qualquer necessidade sentida ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os, sempre para a oportunidade mais viável, existente em cada momento.

A atual situação económica, não só nacional, mas também mundial, tem levado a que as empresas sintam necessidade de fazer reestruturações internas, originando muitas vezes o despedimento de alguns funcionários. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna indispensável, no sentido de orientar todos os munícipes que enfrentam pela primeira vez uma situação de desemprego, ou todos aqueles que não sendo a primeira situação, necessitam de apoio para rapidamente regressarem à vida ativa. Assim sendo, o GIP em conjunto todos os

parceiros locais anteriormente referenciados, tenta o mais rapidamente possível, responder da forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A atividade física e desportiva são, seguramente, alicerces essenciais na construção de uma sociedade que se pretende moderna, saudável, responsável e preocupada com o desenvolvimento humano de uma perspectiva individual contribuindo, consequentemente, para o progresso coletivo de uma qualquer comunidade.

É cada vez maior a preocupação dada à prática da atividade física informal dos nossos munícipes, sendo esta vertente do desporto responsável pela formação de um modo de vida ativa e saudável. Existe a preocupação permanente em criar atividades saudáveis para a ocupação dos tempos livres dos nossos jovens e também para os nossos idosos.

Investir em infraestruturas desportivas e criar as condições necessárias para o acesso à prática desportiva generalizada é proporcionar uma melhoria no bem-estar e saúde à sua população. É um facto que a consciencialização das pessoas para a necessidade de um estilo de vida mais saudável e ativo, deram um enorme impulso na prática de atividade física e desportiva.

Efetivamente, a realidade contemporânea exige um conjunto de estratégias que abranjam as múltiplas facetas da realidade desportiva presente, as quais, naturalmente, permitirão a produção e o desenvolvimento de serviços, quer quantitativa quer qualitativamente adaptados às múltiplas exigências, motivações e interesses que caracterizam os consumidores.

Alicerçados num conjunto de valores, tais como: a comunicação; a transparência; a responsabilidade; a confiança; a competência, temos por objetivos estratégicos:

- Os serviços prestados e a garantia de práticas de transparência e processos simples e eficazes;
- A satisfação dos munícipes, para podermos melhorar continuamente os sistemas de organização;
- O trabalho em equipa, de forma leal, solidária e cooperante, com respeito pela dignidade das pessoas e pelas suas diferenças;
- Promover a formação de cidadãos ativos;
- Promover atividade física e desportiva para todos os cidadãos;
- Ajudar às IPSS, no regresso dos seus utentes a uma atividade mais ativa,

[Handwritten signatures and initials]

Aliados aos objetivos estratégicos supramencionados, temos, igualmente por objetivos operacionais:

- Aumentar a inclusão e a integração social através do desporto;
- Aumentar a participação desportiva junto de todos os segmentos populacionais;
- Melhorar a cultura desportiva dos Cidadãos;
- Aumentar a informação pública sobre os benefícios do desporto;
- Promover a diversidade desportiva, respeitando princípios de desenvolvimento.

Foram várias as atividades e Eventos Desportivos que decorreram nos Equipamentos Desportivos afetos ao Município do Peso da Régua:

- A sala anexa do Pavilhão Municipal, esteve ocupada com o Centro de Vacinação Covid-19, de 5/01/22 a 1/04/22 e 8/09/22 a 29/12/22;
- Treinos e jogos referentes aos quadros competitivos dos diversos escalões e diversas modalidades coletivas (Futsal, Andebol e Voleibol);
- Treinos e jogos englobados no âmbito do Desporto Escolar;
- Ocupação e utilização do espaço principal pela Escola EB 2/3;
- Treinos e jogos de futebol 11, futebol 7 e futebol 9, nos diversos escalões etários, no Estádio Municipal Artur Vasques e Estádio Dr. Rui Machado/Fontelas;
- Realização das Ceias de Natal.



Gráfico 6 - Ocupação do Pavilhão Municipal



Gráfico 7 - Ocupação do Estádio Municipal Artur Vasques

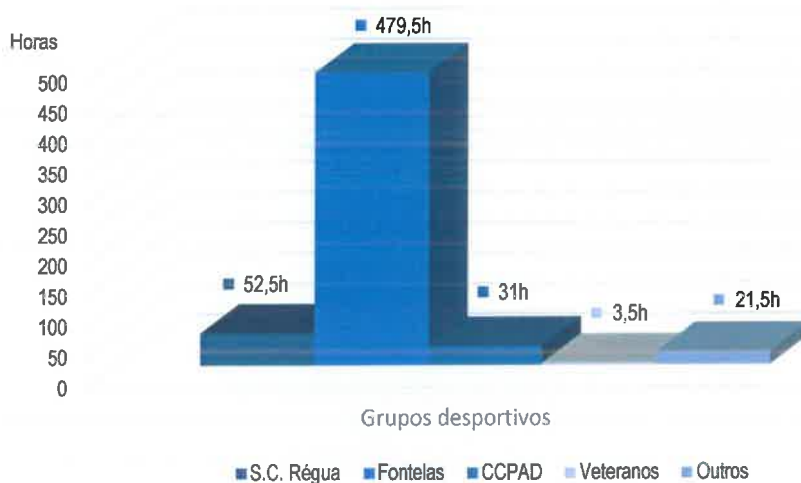


Gráfico 8 - Ocupação do Campo Dr. Rui Machado/Fontelas

Ao responsável pelas Instalações Desportivas Municipais: Pavilhão Multiusos António Saraiva; Estádio Municipal Artur Vasques e Campo Dr. Rui Machado/Fontelas, compete:

- A responsabilidade de articular com os demais serviços, a gestão corrente dos referidos equipamentos desportivos;
- Colaborar na logística da organização dos diversos eventos desportivos, promovidos pelas várias entidades que utilizam os diferentes espaços desportivos;
- Coordenar e supervisionar a avaliação de qualidade dos serviços prestados, bem como propor medidas para melhorar o funcionamento desses serviços;
- Estabelecer pontes de equilíbrio e entendimento entre os clubes e grupos de utilizadores;
- Referenciar o número de utilizadores de clubes com o carácter Competitivo/Federado;

M. 

 E.P.

- Cumprir e fazer cumprir os regulamentos dos respetivos espaços desportivos;
- Criar mapas de ocupação em conformidade com o que está estabelecido no regulamento de funcionamento e utilização das referidas instalações desportivas;
- Referenciar o número de utilizadores/grupos que utilizam as referidas instalações com o carácter lúdico;
- Elaborar e fazer chegar aos respetivos serviços as fichas de Atividade dos equipamentos desportivos referenciados;
- Coordenar o Centro de Vacinação que funcionou no Pavilhão Multiusos António Saraiva (sala anexa), nos períodos de 5/01/22 a 1/04/22 e 8/09/22 a 29/12/22.

INSTALAÇÕES	Nº TOTAL DE UTILIZADORES	Nº TOTAL DE HORAS
PAVILHÃO MUNICIPAL	22.054	2.441h
ESTÁDIO MUNICIPAL	21.074	1.608,5h
CAMPO DR. RUI MACHADO	-----	588h
TOTAL	43.128	4.637,5h

Quadro 1 - Número de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos.

MÊS	Nº TOTAL DE UTENTES/VACINADOS	Nº TOTAL DE HORAS/OCUPAÇÃO
Janeiro	2.965	48h
Fevereiro	1.329	48h



Março	159	36h
Abril	52	4h
Setembro	983	40h
Outubro	1.568	40h
Novembro	1.262	40h
Dezembro	1.067	40h

Quadro 2 - Quadro de Vacinação para a Covid19: Centro de Vacinação do Peso da Régua

PISCINAS MUNICIPAIS

A oferta de serviços desportivos nas Piscinas Municipais do Peso da Régua enquadra-se na promoção de um estilo vida saudável e ativo, fomentando a prática desportiva regular, procurando valorizar o desporto de uma forma transversal, desde o desporto de competição à atividade física informal.

Esta instalação continua a ser uma referência na nossa cidade e região, sendo procurada de uma forma efetiva, consistente e regular por todos os cidadãos.

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças, adultos; Clube de Natação; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia e Aulas de Grupo (Dance Kids; Dance; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit; Localizada; Core, Pilates e Jump).

Em 2022, o número efetivo de utentes e utilizações aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior, sendo que, em classes organizadas o número de utentes foi de 1190. As escolas do concelho, desde o 1º até ao 12º ano também usufruíram das nossas instalações registando um total de 1952 entradas, enquanto em regime livre 1312 foi o número de entradas verificadas.

Alguns indicadores como o: Número de utentes, dos quais 68% são do sexo feminino e 32% do masculino, 36% (menores de 18 anos), 39% (entre os 18 e 65 anos) e 25 % (maiores que 65 anos).

A prevalência de utentes é predominantemente do concelho do Peso da Régua 72%, sendo que 28% são de outros concelhos.

Os eventos internos que realizamos foram pensados, organizados e implementados para estimular a interação social e contribuir para a adoção de prática desportiva, servindo toda a população de uma forma gratuita. Sendo eles: Festival de escolas de Natação; Campeonatos Regionais de Natação; Estágio de Natação de Cadetes; Verão 100% Fitness; Especial Halloween; Semana da Juventude e Desporto; 11º Aniversário das Piscinas.

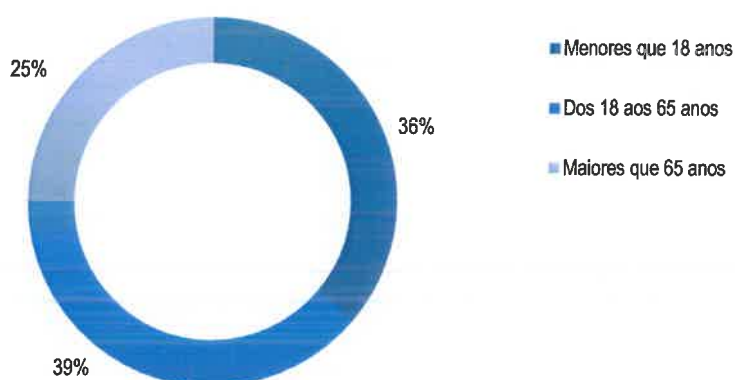


Gráfico 9 - Prevalência de idades dos utentes

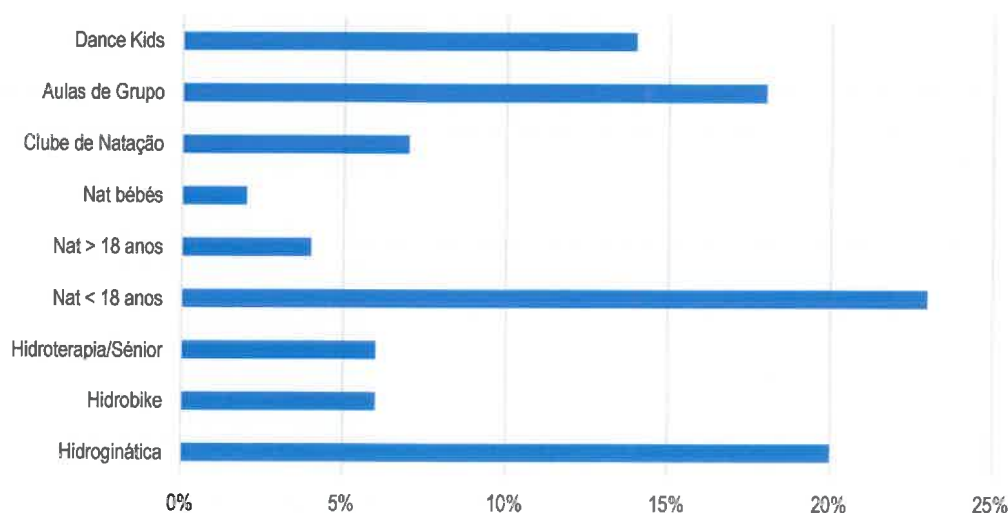


Gráfico 10 - Prevalência dos utentes por modalidade

M. [Signature]
[Signature]
[Signature]
F.P.



DAF

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

M. [Signature]
[Signature]
[Signature]
E. [Signature]

RECURSOS HUMANOS | EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

As necessidades coletivas e a prossecução dos interesses gerais dos munícipes só são possíveis de concretizar através do cumprimento da missão, da estratégia e dos objetivos da autarquia utilizando para tanto os seus recursos humanos.

Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

O contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, constitui a modalidade de vinculação para mais de 91% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

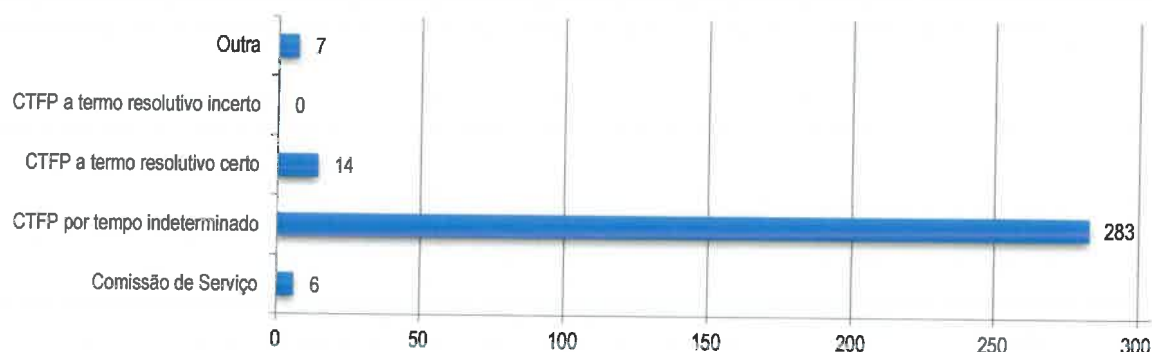


Gráfico 11 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	6	0	0	0		6
CTFP por tempo indeterminado	0	30	69	177	7	283

Handwritten signatures and initials:
 1.
 F.P.

CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	3	0	14
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	7	0	7
Total	6	46	71	192	6	310

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2022 era de 310, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de mulheres é ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 44,8% dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional. Verifica-se um rácio de 77,5 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2022, comparativamente a 2021.

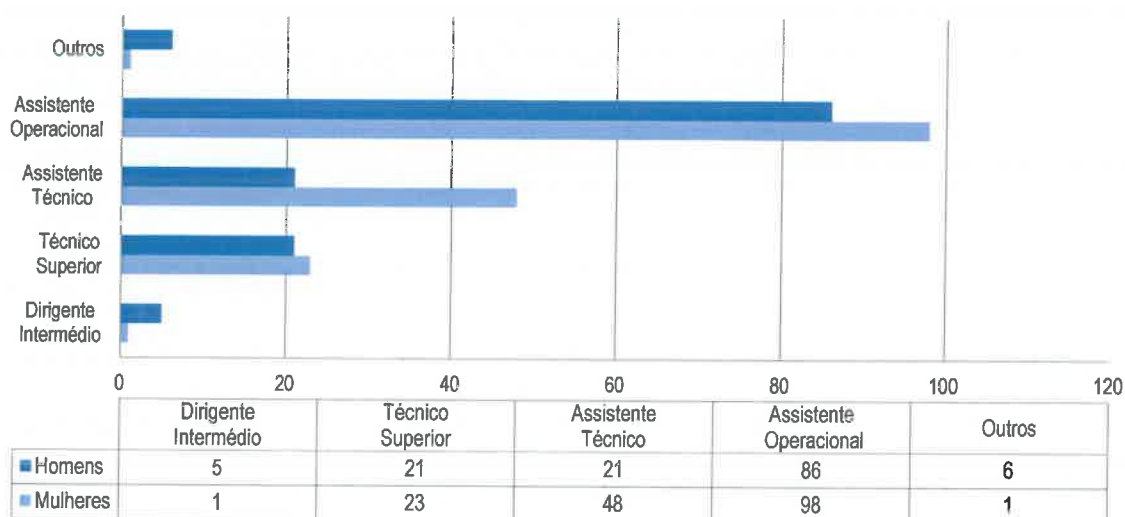


Gráfico 12 - Distribuição por cargo/carreira e género

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2022	H	5	21	21	86	6	139
	M	1	23	48	98	1	171
	Total	6	44	69	184	7	310
2021	H	4	22	21	86	6	139
	M	0	24	50	106	0	180
	Total	4	46	71	192	6	319
2020	H	4	13	22	91	6	136
	M	0	21	48	106	0	175
	Total	4	33	63	197	5	311
2019	H	4	21	24	91	1	141
	M	0	25	39	69	0	133
	Total	4	46	63	160	1	274
2018	H	4	20	24	95	1	144
	M	0	22	36	78	0	136
	Total	4	42	60	173	1	280
2017	H	4	20	25	89	1	139
	M	0	23	34	78	0	135
	Total	4	43	59	167	1	274
2016	H	4	18	25	91	2	140
	M	0	21	35	77	0	133
	Total	4	39	60	168	2	273

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 33% dos funcionários têm entre 50 e 59 anos, 11% têm 30 a 39 anos e 26% têm entre 40 e 49 anos de idade.

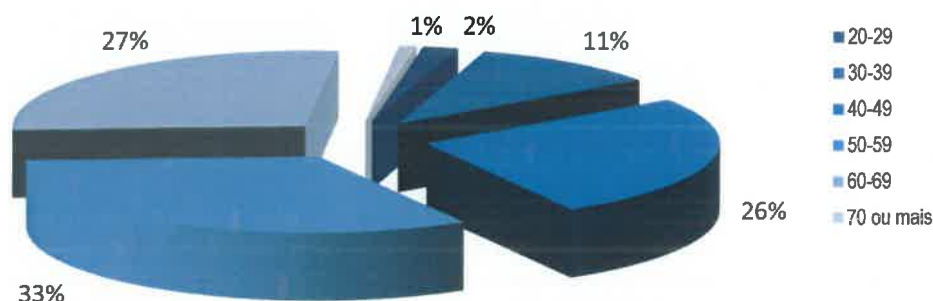


Gráfico 13 - Trabalhadores segundo faixa etária

O escalão etário mais representado é 50-59 anos, sendo que dos 101 funcionários que se situam neste intervalo etário, 51 são mulheres e 50 são homens, representando assim 32,5% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou +
Homens	0	4	4	10	13	19	27	23	28	11	0
Mulheres	0	2	6	13	28	22	21	30	39	7	3
Total	0	6	10	23	41	41	48	53	67	18	3
	6		33		82		101		85		3

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

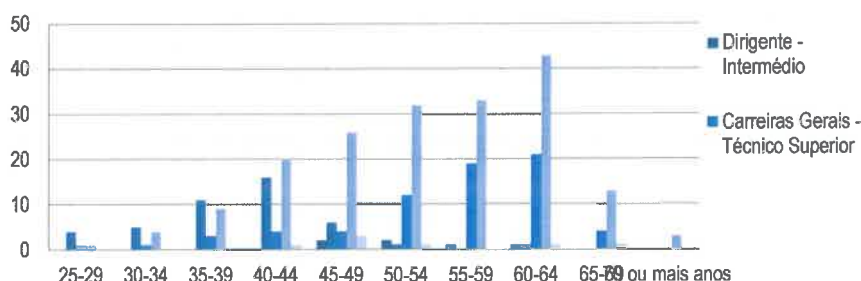


Gráfico 14 - Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Handwritten notes and signatures:
 M.
 E.C.

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

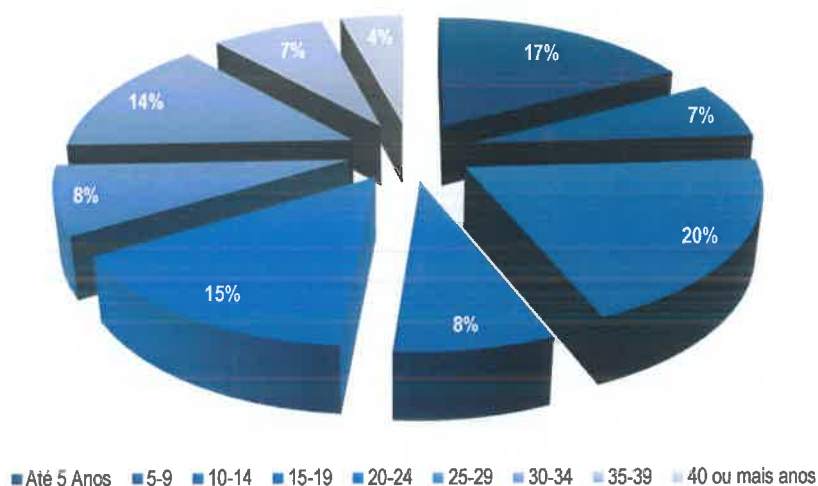
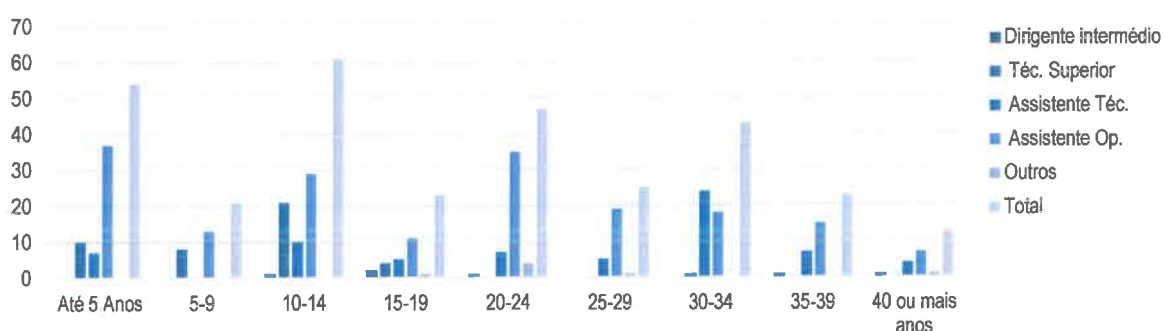


Gráfico 15 - Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 41% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez



anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até 5 anos e entre os 20 e 24 anos, perfazendo 72 dos 184 trabalhadores desta carreira, observando-se depois uma distribuição uniforme entre os 25 e os 39 anos de antiguidade.

[Handwritten signatures and initials]

Gráfico 16 - Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

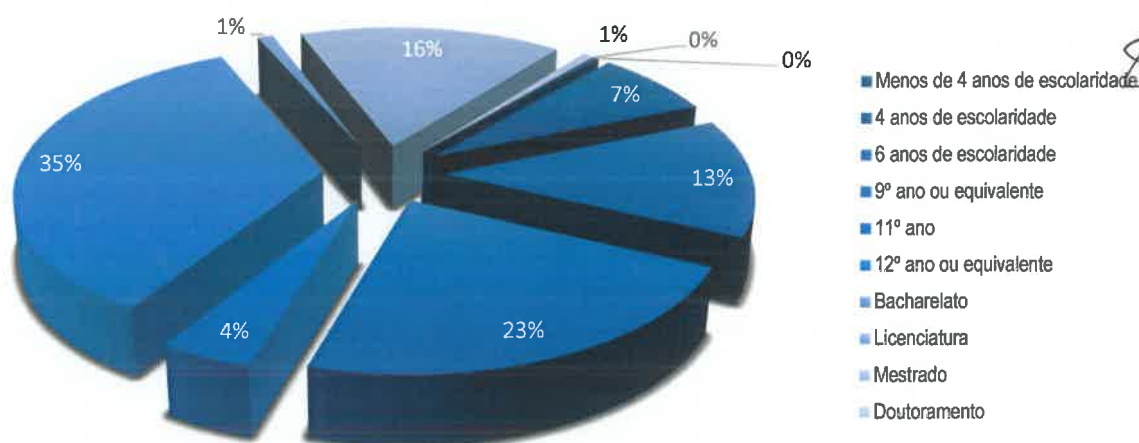


Gráfico 17 - Estrutura habilitacional dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 16,1% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 22,5% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 34,5% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	23	0	23
6º ano de escolaridade	0	0	2	39	0	41
9º ano ou equivalente	0	0	13	56	1	70
11º ano	0	0	7	6	0	13
12º ano ou equivalente	0	0	44	57	6	107

Bacharelato	0	2	1	0	0	3
Licenciatura	6	40	2	2	0	50
Mestrado	0	2	0	0	0	2
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	6	44	69	184	7	310

Recursos humanos através do CEI e CEI+

Analisando a celebração de contratos emprego inserção e inserção +, verifica-se o continuar da tendência decrescente de 2021 em relação aos CEI, já em relação aos CEI+ verificamos a mesma tendência decrescente desde 2018.

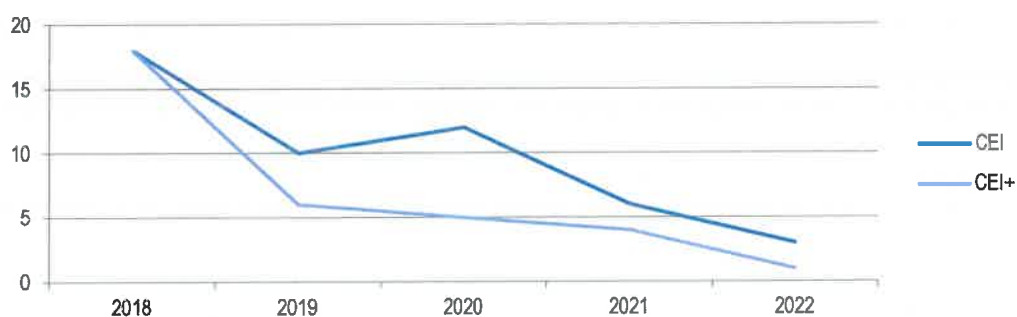


Gráfico 18 - Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+

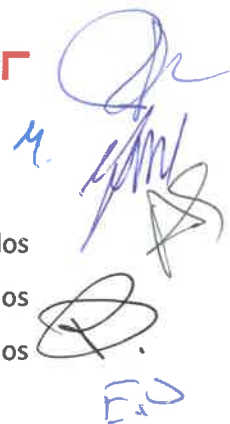
ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2022 aos 4.983.045,46€, dos quais 80% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2022
REMUNERAÇÕES BASE	3 983 993,34 €
SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	228 454,63 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	43 124,15 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	138 799,13 €
Trabalho por turnos	—
Abono para falhas	9 158,97 €

Ajudas de custo	6 926,69 €
Representação	27 996,84 €
PRESTAÇÕES SOCIAIS	389 852,00 €
Abono de Família	4 801,81 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	6 657,66 €
Subsídio de refeição	322 569,51 €
Subsídio por morte	—
Benefícios Sociais	52 491,34 €
Outras prestações sociais	3 331,68 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



III – Reporting Financeiro

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo Presidente à apreciação e votação pelo órgão deliberativo.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica, financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (destaque Título VI – art.º 62º e seguintes) surgem como os principais impulsionadores da tão esperada reforma da gestão pública.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores. O atual normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar

as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma. Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

A prestação de contas do ano 2022 é apresentada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro e com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município do Peso da Régua.

O presente relatório analisa a execução do orçamento do Município e a sua situação económico-financeira. O exercício financeiro de 2022 exigiu um esforço adicional significativo, no sentido de garantir o exercício das atribuições legalmente cometidas aos órgãos municipais na prossecução dos fins públicos, sendo que, em contexto de recuperação da economia em período pós pandemia, o Município desenvolveu todos os esforços e iniciativas no sentido de garantir o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, continuando a apostar na boa execução de investimentos essenciais para o bem estar e qualidade de vida dos seus munícipes, seja através de capitais próprios, seja através de cofinanciamento comunitário, no âmbito dos quadros comunitários de apoio - Portugal 2020 e, mais recentemente do PRR – Plano de recuperação e Resiliência.

As contas do Município são auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

1 – Processo Orçamental

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem em vista regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os utilizadores dessas demonstrações orçamentais de finalidades gerais incluem cidadãos em geral, membros do Parlamento e do governo nos seus diferentes níveis,

financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. Tais demonstrações incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outro documento público.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- a. Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- b. Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A seguir se apresenta uma análise à execução da contabilidade orçamental, cujas demonstrações se encontram elencadas no capítulo IV do presente documento, elaboradas nos termos dos modelos exigidos na Instrução 1/2019, do Tribunal de Contas.

1.1 – Execução Orçamental

1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final:

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para **2022**, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do **quadro 3**:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RESUMO DO ORÇAMENTO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS - INICIAL

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	17 760 653,82 €	Correntes	15 413 280,87 €
De capital	10 831 332,65 €	De capital	13 178 805,60 €
Outras receitas a).....	100,00 €	Outras despesas	
Total Geral	28 592 086,47 €	Total Geral	28 592 086,47 €

a) Reposições não abatidas aos pagamentos

Quadro 3 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Inicial

Após identificação das necessidades de reforços e anulações nas respetivas rubricas, durante a execução orçamental, vieram a ser produzidas as adequadas e legais alterações orçamentais resultando o seguinte orçamento corrigido, de acordo com **quadro 4**:

RESUMO DO ORÇAMENTO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS - CORRIGIDO

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18 033 305,57 €	Correntes	15 766 733,48 €
De capital	6 868 360,45 €	De capital	9 215 833,40 €
Outras receitas a).....	80 900,86 €	Outras despesas	
Total Geral	24 982 566,88 €	Total Geral	24 982 566,88 €

a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência

Quadro 4 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Corrigido

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no **quadro 5**. Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Natureza	Orçamento 2022		execução líquida c)	desvio b) - c)	tx de execução
	inicial a)	final b)			
Receitas	28 592 086,47 €	24 982 566,88 €	19 857 740,18 €	5 124 826,70 €	79,49%
Correntes	17 760 653,82 €	18 033 305,57 €	14 888 676,27 €	3 144 629,30 €	82,56%
Capital	10 831 332,65 €	6 868 360,45 €	4 883 334,90 €	1 985 025,55 €	71,10%
Outras d)	100,00 €	80 900,86 €	85 729,01 €	4 828,15 €	105,97%
Despesas	28 592 086,47 €	24 982 566,88 €	19 815 803,79 €	5 166 763,09 €	79,32%
Correntes	15 413 280,87 €	15 766 733,48 €	12 752 555,92 €	3 014 177,56 €	80,88%
Capital	13 178 805,60 €	9 215 833,40 €	7 063 247,87 €	2 152 585,53 €	76,64%

Quadro 5 - Execução da Receita e Despesa

Pela análise da execução global vertida no **quadro 5**, denota-se um equilibrado nível de execução das receitas e despesas totais **79,49%** e **79,32%**, respetivamente, significativamente perto do grau de execução de 85%, tendo em vista atingir o previsto o no nº 3 do art.º 56º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Refira-se que, no exercício de **2021**, o Município atingiu um grau de execução da receita total de **79,87%**.

A despesa paga totalizou **19.815.803,79€**, traduzindo uma execução de **79,32%** e um acréscimo de **9,47%**, face ao ano anterior.

1.2 – Execução Orçamental da Receita

A Receita total cobrada líquida totalizou **19.857.740,18€**, sendo que **384.213,45€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **389.304,50€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **79,49%**, superior em **9,22%** face ao exercício anterior.

As receitas estruturais, pela sua natureza, representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de carácter regular e indispensável ao normal funcionamento da atividade municipal. A estrutura e a execução da Receita Corrente e Capital encontram-se representadas no **quadro 6**, onde se pode observar o peso dos diversos capítulos bem como a respetiva execução.

Análise Orçamental	Orçamento da Receita 01/01/2022	%	Receita Corrigida 31/12/2022	%	Receita cobrada líquida	%	Desvio	Taxa de Execução
Receitas Correntes	17 760 653,82 €	82,12%	18 033 305,57 €	72,18%	14 888 676,27 €	74,98%	3 144 629,30 €	82,56%
Impostos diretos	2 572 190,34 €	9,00%	2 572 190,34 €	10,30%	2 823 947,89 €	14,22%	251 757,55 €	109,79%
Impostos indiretos	160 846,76 €	0,56%	160 846,76 €	0,64%	219 998,20 €	1,11%	59 151,44 €	136,78%
Taxas multas e out. penalidades	142 455,42 €	0,50%	142 455,42 €	0,57%	103 932,96 €	0,52%	38 522,46 €	72,96%
Rendimentos de propriedade	500 300,00 €	1,75%	500 300,00 €	2,00%	617 664,48 €	3,11%	117 364,48 €	123,46%
Transferências Correntes	11 656 861,30 €	40,77%	11 996 355,94 €	48,02%	9 702 037,27 €	48,86%	2 294 318,67 €	80,87%
Venda de Bens e Serviços	1 264 000,00 €	4,42%	1 197 157,11 €	4,79%	827 724,80 €	2,99%	369 432,31 €	69,14%
Outras Receitas Correntes	1 464 000,00 €	5,12%	1 464 000,00 €	5,86%	593 370,69 €	2,99%	870 629,31 €	40,53%
Receitas de Capital	10 831 332,65 €	37,88%	6 868 360,45 €	27,49%	4 883 334,90 €	24,59%	1 986 026,55 €	71,10%
Venda de Bens do Investimento	814 641,25 €	2,85%	814 641,25 €	3,28%	67 901,25 €	0,34%	746 740,00 €	8,34%
Transferências de Capital	7 982 656,25 €	27,92%	4 580 913,05 €	18,34%	3 342 627,93 €	16,83%	1 238 285,12 €	72,97%
Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos Financeiros	2 034 035,15 €	7,11%	1 472 806,15 €	5,90%	1 472 805,72 €	7,42%	0,43 €	100,00%
Outras Receitas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Receitas Outras	100,00 €	0,00%	80 900,86 €	0,32%	85 729,01 €	0,43%	4 828,16 €	105,97%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00 €	0,00%	100,00 €	0,00%	4 928,15 €	0,02%	4 828,15 €	4928,15%
Saldo da Garantia Anterior	- €	0,00%	80 800,86 €	0,32%	80 800,86 €	0,41%	- €	100,00%
Total:	28 592 086,47 €	100,00%	24 982 666,88 €	100,00%	19 857 740,18 €	100,00%	5 124 826,70 €	79,49%

Quadro 6 - Execução da Receita

No que diz respeito às Receitas Correntes, durante o ano de **2022**, a sua execução financeira foi de **14.888.676,27€**, que representa, em termos percentuais, **82,56%** das receitas corrigidas.

Nas Receitas de Capital, verificou-se uma execução financeira de **4.883.334,90€**, correspondendo a uma taxa de execução de **71,10%**, sendo que em transferências de capital, ficou um conjunto de reembolsos provenientes de financiamentos comunitários por receber.

1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução da Receita, de 2020 a 2022.

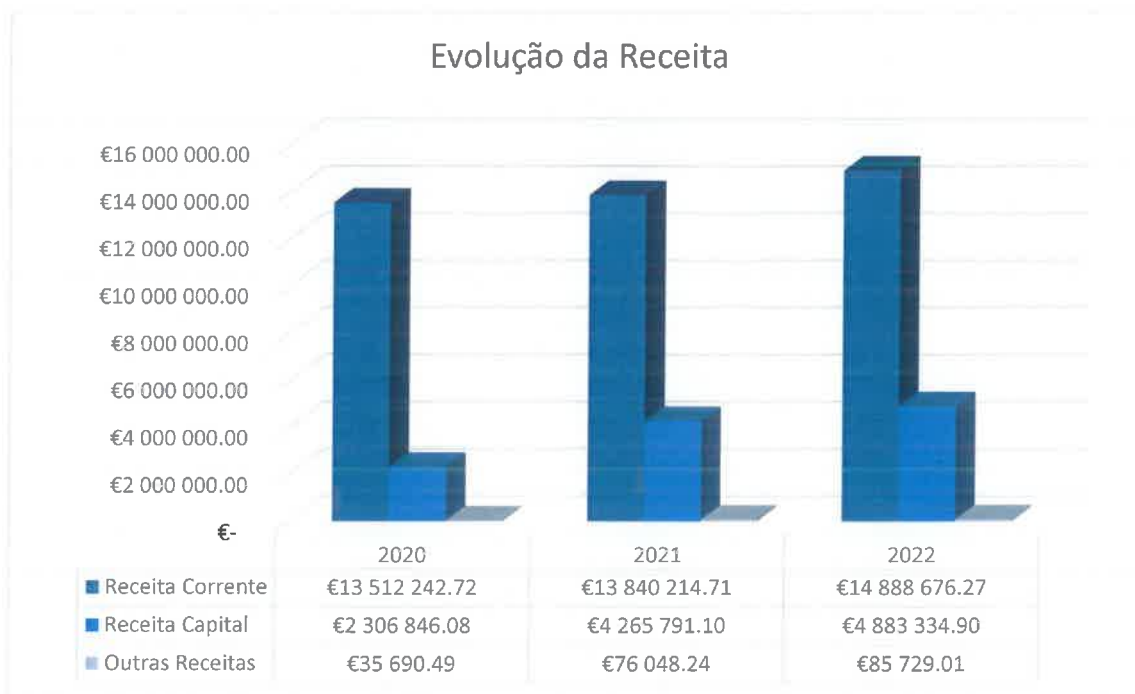


Gráfico 19 - Evolução da Receita 2020-2022

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando uma ligeira subida de 2021 para 2022, de **11,72%**, no total de impostos diretos cobrados, resultado de relativa alavancagem económica em vários setores de atividade.

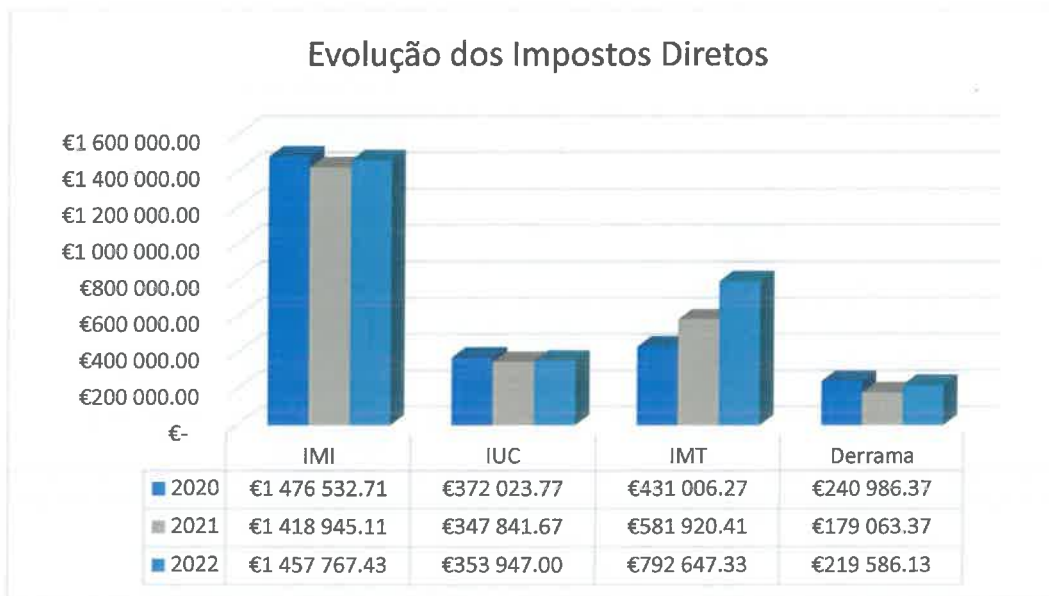


Gráfico 20 - Evolução Impostos Diretos

No ano de **2022**, as Receitas de Capital mantêm um aumento considerável, com uma variação, em relação ao ano anterior, de **14,48%**.

Designação	2020			Δ 2021/2020	2021			Δ 2022/2021
	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Tx. de Execução		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Tx. de Execução	
Receitas Correntes	14 068 542,97 €	13 512 242,72 €	96,06%	2,43%	15 383 925,86 €	13 840 214,71 €	90,08%	7,50%
Impostos diretos	2 348 946,00 €	2 520 543,12 €	107,31%	0,29%	2 641 575,14 €	2 527 770,56 €	95,69%	11,72%
Impostos indiretos	148 644,00 €	171 173,97 €	114,39%	-15,48%	202 600,36 €	144 669,05 €	71,41%	62,07%
Taxas multas e out. penalidades	133 405,50 €	94 468,76 €	70,81%	-8,40%	273 385,38 €	86 532,55 €	31,65%	20,11%
Rendimentos de propriedade	619 000,00 €	614 379,55 €	99,25%	-0,05%	855 000,00 €	614 072,01 €	71,82%	0,56%
Transferências Correntes	9 159 451,86 €	8 865 486,08 €	97,01%	3,02%	9 010 954,78 €	9 153 425,39 €	101,58%	5,96%
Venda de Bens e Serviços	1 196 095,61 €	640 992,69 €	53,59%	24,47%	1 416 800,00 €	797 624,44 €	56,31%	3,75%
Outras Receitas Correntes	460 000,00 €	585 182,55 €	127,21%	-11,84%	963 600,00 €	515 920,71 €	53,54%	15,01%
Receitas de Capital	4 420 651,11 €	2 306 848,88 €	52,18%	84,92%	7 328 218,17 €	4 285 791,10 €	58,25%	14,48%
Venda de Bens de Investimento	31 783,97 €	175 488,86 €	552,13%	-98,32%	31 783,97 €	6 461,89 €	20,33%	8,34%
Transferências de Capital	2 582 798,53 €	1 116 803,92 €	43,24%	70,94%	2 918 804,21 €	1 899 025,78 €	65,06%	78,13%
Alíquotas Financeiras	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 806 089,61 €	1 014 553,50 €	56,17%	132,84%	4 375 627,98 €	2 360 303,63 €	53,94%	-37,45%
Outras Receitas de Capital	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	0,00%
Receitas Outras	8 484,06 €	35 690,49 €	550,44%	113,08%	73 498,29 €	76 848,24 €	103,80%	12,73%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00 €	29 306,44 €	29306,44%	-90,84%	100,00 €	2 742,04 €	0,00%	4928,15%
Saldo da Gestão Anterior	6 384,05 €	6 384,05 €	100,00%	1048,27%	73 398,29 €	73 398,20 €	100,00%	10,21%
Total:	18 489 194,08 €	15 819 091,60 €	85,73%	14,58%	22 702 144,03 €	18 126 015,81 €	79,87%	9,22%

Quadro 7 - Evolução da Receita 2020-2022

No quadro supra verificamos, de forma detalhada, a execução e evolução financeira da receita, de cada uma das sub-rubricas.

A receita referente aos impostos indiretos, taxas multas e outras penalidade e rendimentos de propriedade, apresentam um aumento de **52,07%**, **20,11%** e **0,59%**, respetivamente, face ao ano anterior, decorrente de expressiva cobrança em loteamentos e obras (alvará de loteamento 1/11 – PLOT), assim como do produto das rendas de concessão provenientes da E-REDES, de regularidade trimestral.

M. 

 EIP

Em **2022**, as rubricas de transferências correntes e venda de bens e serviços, alcançaram uma execução financeira de **9.702.037,27€** e **827.724,80€**, respetivamente, apresentando um aumento de **5,99%** e **3,75%**, quando comparado com o ano anterior.

As sub-rubricas que contribuíram para o aumento da receita de capital, em relação ao ano de **2021**, foram as vendas de bens de investimento e as transferências de capital, verificando-se uma evolução positiva, de **950,83%** e **76,02%**, e uma execução financeira de **67,901,25€** e **3.342.627,93€**, respetivamente.

Face ao ano de **2021**, a rubrica dos passivos financeiros sofreu uma descida de **37,60%**.

Ao longo dos 3 anos, a rubrica dos ativos financeiros manteve-se com uma execução financeira nula.

1.3 – Execução Orçamental da Despesa

A previsão corrigida da Despesa foi de **24.982.566,88€**, realizada em **19.815.803,79€**, valor que originou uma taxa de execução global de **79,32%**, durante o ano em análise.

Análise Orçamental	Orçamento da Despesa 01/01/2022	%	Dotação Corrigida 31/12/2022	%	Despesa paga líquida	%	Desvio	Taxa de Execução
Despesas Correntes	15 413 280,87 €	53,91%	15 766 733,48 €	63,11%	12 752 555,92 €	64,36%	- 3 014 177,56 €	80,88%
Despesas com o Pessoal	6 376 300,00 €	22,30%	5 973 938,67 €	23,91%	5 894 826,96 €	29,75%	- 79 111,71 €	98,88%
Aquisição de Bens e Serviços	6 163 000,00 €	21,55%	6 837 727,17 €	27,37%	4 809 152,54 €	23,28%	- 2 228 574,63 €	67,41%
Juros e Outros Encargos	278 730,87 €	0,97%	218 875,44 €	0,88%	212 264,76 €	1,07%	- 6 610,68 €	96,98%
Transferências Correntes	1 468 500,00 €	5,14%	1 619 302,88 €	6,48%	1 287 859,98 €	6,50%	- 331 442,90 €	79,53%
Subsídios	612 650,00 €	2,14%	655 612,41 €	2,62%	389 318,64 €	1,81%	- 266 293,77 €	59,38%
Outras Despesas Correntes	514 100,00 €	1,80%	461 276,91 €	1,85%	359 133,04 €	1,81%	- 102 143,87 €	77,86%
Despesas de Capital	13 178 805,60 €	46,09%	9 215 833,40 €	36,89%	7 063 247,87 €	35,64%	- 2 152 585,53 €	76,64%
Aquisição de Bens de Capital	11 752 619,24 €	41,10%	6 862 266,94 €	27,47%	4 709 683,45 €	23,77%	- 2 152 585,49 €	68,63%
Transferências de Capital	472 500,00 €	1,85%	322 434,00 €	1,29%	322 434,00 €	1,63%	- €	100,00%
Ativos Financeiros	72 500,00 €	0,25%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos Financeiros	880 985,36 €	3,08%	2 031 130,46 €	8,13%	2 031 130,42 €	10,25%	- 0,04 €	100,00%
Outras Despesas de Capital	200,00 €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Total:	28 592 086,47 €	100,00%	24 982 566,88 €	100,00%	19 815 803,79 €	100,00%	- 5 166 763,09 €	79,32%

Quadro 8 - Execução Orçamental da Despesa

No que respeita à Despesa Corrente, a qual reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos, custos operacionais, atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo, verifica-se uma previsão corrigida de **15.766.733,48€** e **12.752.555,92€** de despesa efetivamente paga, correspondendo a uma taxa de execução de **80,88%**.

Ao nível da Despesa de Capital, as despesas pagas totalizaram **7.063.247,87€**, tendo uma execução de **76,64%** da despesa prevista.

1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa

Relativamente à evolução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento na taxa de execução, em todas as rubricas.

A rubrica de despesas com o pessoal, regista um aumento da taxa de execução de **0,47%** face ao anterior, tendo uma execução, em 2022, de **5.894.826,96€**.

Designação	2020			Δ 2021/2020	2021			Δ 2022/2021
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Tx. de Execução		Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Tx. de Execução	
Despesas Correntes	13 106 904,63 €	11 444 902,14 €	87,32%	4,25%	13 898 889,64 €	11 931 634,42 €	85,85%	5,88%
Despesas com o Pessoal	5 552 255,66 €	5 345 465,80 €	96,28%	9,76%	6 010 363,87 €	5 867 237,33 €	97,62%	98,68%
Aquisição de Bens e Serviços	5 026 267,14 €	3 889 495,32 €	77,38%	-0,29%	5 172 275,78 €	3 878 270,22 €	74,98%	67,41%
Juros e Outros Encargos	306 912,71 €	246 844,78 €	80,43%	-20,70%	209 623,55 €	195 749,70 €	93,38%	212 264,76 €
Transferências Correntes	1 846 628,66 €	1 622 385,65 €	87,86%	-57,99%	935 429,15 €	681 615,62 €	72,87%	1 287 859,98 €
Subsídios	- €	- €	0,00%	0,00%	1 142 539,16 €	950 529,07 €	83,19%	655 612,41 €
Outras Despesas Correntes	374 840,46 €	340 710,59 €	90,89%	5,14%	428 658,13 €	358 232,48 €	83,57%	461 276,91 €
Despesas de Capital	6 386 773,50 €	4 336 571,05 €	68,09%	42,27%	8 864 658,39 €	6 169 618,77 €	69,60%	75,64%
Aquisição de Bens de Capital	3 299 530,53 €	2 270 858,95 €	68,82%	80,04%	6 783 396,95 €	4 088 509,25 €	60,27%	6 962 268,94 €
Transferências de Capital	312 791,57 €	291 260,70 €	93,12%	19,46%	348 080,63 €	347 928,63 €	99,96%	322 434,00 €
Ativos Financeiros	9 821,49 €	9 821,49 €	100,00%	-100,00%	- €	- €	0,00%	- €
Passivos Financeiros	1 764 629,91 €	1 764 629,91 €	100,00%	-1,78%	1 733 180,91 €	1 733 180,91 €	100,00%	2 031 130,46 €
Outras Despesas de Capital	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	- €
Total:	18 493 678,13 €	15 781 473,19 €	85,33%	14,70%	22 763 548,03 €	18 101 253,19 €	79,52%	24 982 566,88 €

Quadro 9 - Evolução da Despesa

No ano de 2022, as rubricas referentes à despesa de capital que alcançaram um aumento foram, as aquisições de bens de capital e os passivos financeiros, com uma percentagem de variação de **15,19%** e **17,19%**, correspondendo a uma execução de **4.709.683,45€** e **2.031.130,42€**, respetivamente.

Com uma variação negativa de **-7,33%**, face ao ano de 2021, a rubrica de transferências de capital, apresenta uma despesa paga, em 2022, de **322.434,00€** e, em 2021, de **347.928,63€**.

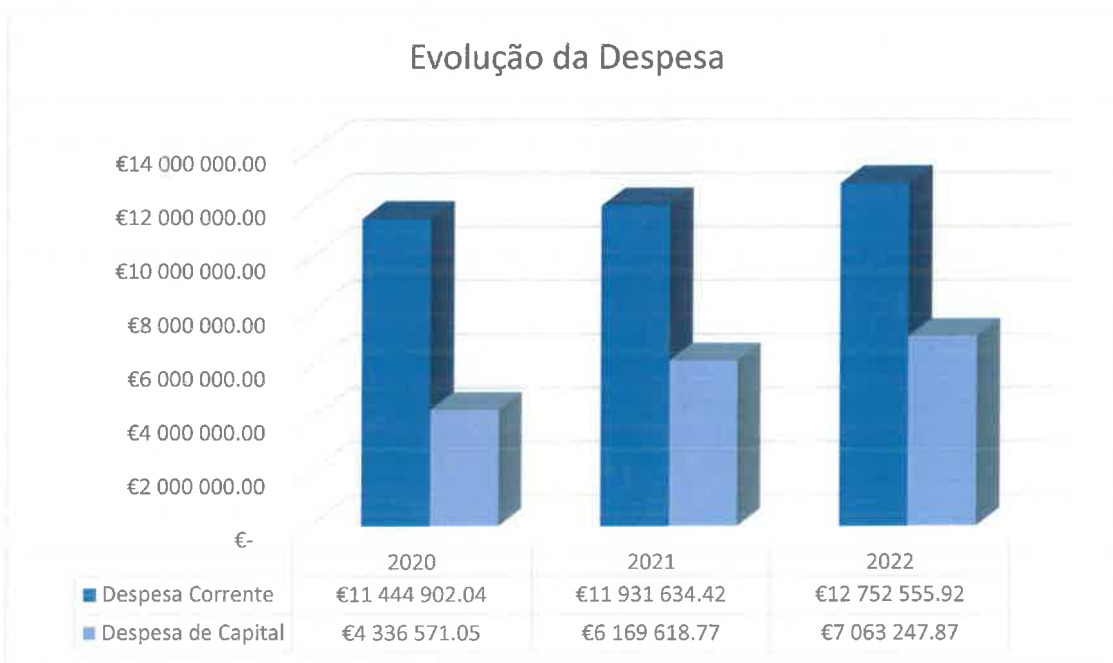


Gráfico 21 - Evolução da Despesa

De acordo com o gráfico 21, que a evolução da despesa de capital regista uma tendência de aumento, ao longos dos últimos 3 anos.

4. 
EID

1.4 – Execução das GOP's

Designação do Projeto	Montante previsto	%	Montante Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Funções Gerais	304 505,73 €	2,80%	261 824,27 €	3,60%	42 681,46 €	85,98%
Serviços Gerais de Administração	229 505,73 €	2,11%	186 824,27 €	2,57%	42 681,46 €	81,40%
Segurança e Ordem Publica	75 000,00 €	0,69%	75 000,00 €	1,03%	- €	100,00%
Funções Sociais	7 250 314,12 €	66,57%	4 559 015,26 €	62,65%	2 691 298,86 €	62,88%
Educação	315 308,84 €	2,90%	234 751,08 €	3,23%	80 557,76 €	74,45%
Saúde	3 810,00 €	0,03%	3 810,00 €	0,05%	- €	100,00%
Segurança e Ação Social	1 081 028,90 €	9,93%	718 812,54 €	9,88%	362 216,36 €	66,49%
Habitação e Serviços Coletivos	5 494 901,21 €	50,46%	3 376 115,43 €	46,39%	2 118 785,78 €	61,44%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	355 265,17 €	3,26%	225 526,21 €	3,10%	129 738,96 €	63,48%
Funções Económicas	3 335 740,99 €	30,63%	2 456 478,40 €	33,76%	879 262,59 €	73,64%
Industria e Energia	1 261 168,48 €	11,58%	795 768,61 €	10,93%	465 399,87 €	63,10%
Transportes e Comunicações	22 346,90 €	0,21%	19 278,09 €	0,26%	3 068,81 €	86,27%
Comercio e Turismo	1 857 939,61 €	17,06%	1 510 574,43 €	20,76%	347 365,18 €	81,30%
Outras Funções económicas	194 286,00 €	1,78%	130 857,27 €	1,80%	63 428,73 €	67,35%
Total:	10 890 560,84 €	100,00%	7 277 317,93 €	100,00%	3 613 242,91 €	66,82%

Quadro 10 - Execução das GOP's

Pela análise do quadro supra, verifica-se que as funções sociais traduzem maior representatividade no total das despesas executadas nas GOP'S (62,65%) expressando a vontade da estratégia política, na melhoria do bem-estar e qualidade de vida da população do concelho, no desenvolvimento de projetos destinados à melhoria das condições habitacionais que se pretendem dignas.

As funções que traduzem maior taxa de execução, no total das GOP'S, são as funções gerais, traduzindo uma taxa de **85,98%**, seguida das funções económicas, com **73,64%** de execução.

[Handwritten signatures and initials]
E.P.

1.4.1 – Evolução das GOP's

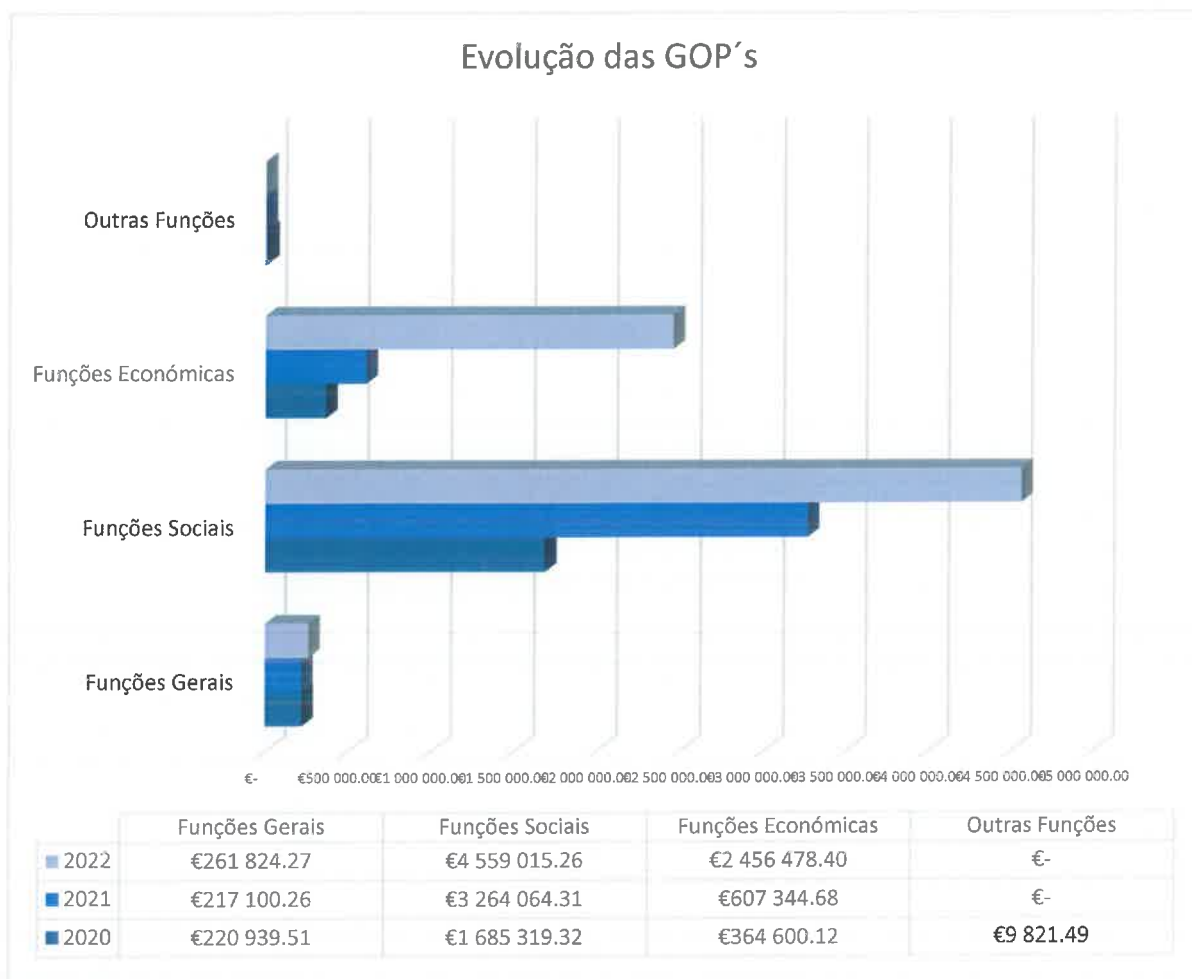


Gráfico 22 - Evolução das GOP's

O gráfico supra, evidencia o crescimento na aposta municipal, ao nível do investimento, com especial destaque para a função social e económica, com um crescimento significativo nos últimos três anos.

2 – Processo Económico-Financeiro

A presente análise económico-financeira teve por base as contas anuais individuais apresentadas pelo Município do Peso da Régua em 2022, preparadas de acordo com o novo referencial contabilístico SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período objeto de prestação de contas, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

2.1 – Estrutura do Ativo

Ativo	31/12/2021	Peso (%)	31/12/2022	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	48 476 199,17 €	80,65%	51 262 503,06 €	81,78%	2 786 303,89 €	5,75%
Ativos fixos intangíveis	829 430,81 €	1,38%	774 612,81 €	1,24%	- 54 818,00 €	-6,61%
Propriedade de Investimento	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Participações Financeiras	7 443 103,00 €	12,38%	7 443 103,00 €	11,87%	- €	0,00%
Outros ativos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	69 764,25 €	0,12%	60 105,03 €	0,10%	- 9 659,22 €	-13,85%
Outras contas a receber	38 260,75 €	0,06%	3 000,00 €	0,00%	- 35 260,75 €	-92,16%
Ativo não corrente	56 856 757,98 €	94,60%	59 543 323,90 €	94,99%	2 686 565,92 €	4,73%
Inventários	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	361 299,94 €	0,60%	164 650,87 €	0,26%	- 196 639,07 €	-54,43%
Cientes, contribuintes e utentes	29 343,91 €	0,05%	33 599,96 €	0,05%	4 256,05 €	14,50%
Estado e outros entes públicos	392 839,14 €	0,65%	352 230,07 €	0,56%	- 40 609,07 €	-10,34%
Outras contas a receber	1 814 343,17 €	3,02%	1 920 244,90 €	3,06%	105 901,73 €	5,84%
Diferimentos	86 860,31 €	0,14%	108 805,91 €	0,17%	21 945,60 €	25,27%
Caixa e depósitos bancários	562 401,14 €	0,94%	561 031,89 €	0,90%	- 1 369,25 €	-0,24%
Ativo corrente	3 247 087,61 €	5,40%	3 140 573,60 €	5,01%	- 106 514,01 €	-3,28%
Total do Ativo	60 103 845,59 €	100%	62 683 897,50 €	100%	2 580 051,91 €	4,29%

Quadro 11 - Estrutura do Ativo

Destaca-se um aumento em “Ativos Fixos Intangíveis”, decorrente do reconhecimento de diversas empreitadas, em cerca de **5,75%** e em Clientes, contribuintes e utentes em cerca de **14,5%**.

Em “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, denota-se um decréscimo de cerca de **-54%**, fruto dos reembolsos em operações de natureza comunitária e em Ativos fixos intangíveis em cerca de **-6,61%**, decorrente das amortizações de exercício.

2.2 – Estrutura do Passivo

Passivo	31/12/2021	Peso (%)	31/12/2022	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 319 135,43 €	16,77%	4 319 135,43 €	15,44%	- €	0,00%
Financiamentos obtidos	10 649 001,76 €	41,36%	11 048 789,39 €	39,49%	399 787,63 €	3,75%
Fornecedores de investimento	531 414,07 €	2,06%	- €	0,00%	- 531 414,07 €	-100,00%
Fornecedores	2 176 347,96 €	8,45%	2 228 878,75 €	7,97%	52 530,79 €	2,41%
Diferimentos	1 205 726,97 €	4,68%	3 574 655,86 €	12,78%	2 368 928,89 €	196,47%
Outras contas a pagar	2 091,49 €	0,01%	2 091,49 €	0,01%	- €	0,00%
Passivo não corrente	18 883 717,68 €	73,34%	21 173 650,92 €	75,67%	2 289 933,24 €	12,13%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	554 035,03 €	2,15%	- €	0,00%	- 554 035,03 €	-100,00%
Fornecedores	1 283 163,08 €	4,98%	2 580 494,97 €	9,22%	1 297 331,89 €	101,10%
Estado e outros entes públicos	131 077,35 €	0,51%	65 774,38 €	0,24%	- 65 302,97 €	-49,82%
Financiamentos obtidos	1 778 904,68 €	6,91%	820 792,34 €	2,93%	- 958 112,34 €	-53,86%
Fornecedores de investimento	1 218 630,22 €	4,73%	1 610 935,86 €	5,76%	392 305,64 €	32,19%
Outras contas a pagar	1 898 682,33 €	7,37%	1 728 590,29 €	6,18%	- 170 092,04 €	-8,96%
Passivo corrente	6 864 492,69 €	26,66%	6 806 587,84 €	24,33%	- 57 904,85 €	-0,84%
Total do Passivo	25 748 210,37 €	100%	27 980 138,76 €	100%	2 231 928,39 €	8,67%

Quadro 12 - Estrutura do Passivo

Regista-se um acréscimo global de **8,67%**, face ao exercício anterior, justificável pela atual conjuntura inflacionista, com acentuado aumento dos preços e escassez dos fatores de

produção, decorrente do cenário macroeconómico fortemente influenciado pelo conflito europeu Rússia-Ucrânia.

2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

Dívida de terceiros a curto prazo	31/12/2021	31/12/2022	Variação	
			(€)	(%)
Clientes, contribuintes e utente	29 343,91 €	33 599,96 €	4 256,05 €	14,50%
Outras contas a receber	1 814 343,17 €	1 920 244,90 €	105 901,73 €	5,84%
Total	1 843 687,08 €	1 953 844,86 €	110 157,78 €	5,97%

Quadro 13 - Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

2.4 – Estrutura do Património Líquido

Património Líquido	31/12/2021	Peso (%)	31/12/2022	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Património	59 633 003,68 €	173,58%	59 703 312,73 €	172,04%	70 309,05 €	0,12%
Resultados transitados	- 39 513 855,85 €	-115,01%	- 41 941 769,63 €	-120,86%	- 2 428 112,78 €	- 6,14%
Outras variações no património líquido	18 983 379,52 €	55,26%	18 358 692,11 €	52,90%	- 624 687,41 €	-3,29%
Resultado líquido do período	- 4 747 092,13 €	-13,82%	- 1 416 477,47 €	-4,08%	3 330 614,66 €	-70,16%
Total do Património Líquido	34 366 635,22 €	100,00%	34 703 758,74 €	100%	348 123,52 €	1,01%

Quadro 14 - Estrutura do Património Líquido

Regista-se um aumento do Património líquido em cerca de **1,01%**, ainda que para as entidades públicas o lucro não seja o seu fim, damos conta de que há uma melhoria do Resultado em 2022, face a 2021.

2.5 – Estrutura dos Rendimentos

Estrutura de Rendimentos	31/12/2021	Peso (%)	31/12/2022	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	4 319,07 €	0,03%	322,50 €	0,00%	- 3 996,57 €	-92,53%
Prestações de serviços e concessões	1 486 884,75 €	9,61%	1 423 426,41 €	8,33%	- 63 458,34 €	-4,27%
Impostos, contribuições e taxas	2 841 714,18 €	18,37%	3 195 320,69 €	18,16%	263 606,51 €	9,28%
Trabalhos para a própria entidade	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Reversões de perdas por imparidades de dívidas a receber	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Provisões	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Reversões de perdas por imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	1 612 178,17 €	10,42%	2 267 032,23 €	13,26%	654 854,06 €	40,62%
Juros e rendimentos similares obtidos	922,53 €	0,01%	9 552,38 €	0,06%	8 629,85 €	935,45%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 520 641,31 €	61,56%	10 290 224,59 €	60,19%	769 583,28 €	8,08%
Total	15 466 660,01 €	100%	17 095 878,80 €	100%	1 629 218,79 €	10,53%

Quadro 15 - Estrutura dos Rendimentos

Pela análise do quadro, regista-se um aumento de cerca de **10,53%** nos rendimentos, face ao exercício anterior, grosso modo pelo crescimento da componente de “transferências e subsídios correntes obtidos”, em **8%**, “outros rendimentos e ganhos” e “juros e rendimentos similares obtidos”, com **40,62%** e **935,45%**, respetivamente.

2.6 – Estrutura dos Gastos

Estrutura de Gastos	31/12/2021	Peso (%)	31/12/2022	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	2 856 898,88 €	14,13%	2 236 590,91 €	12,08%	- 620 307,97 €	-21,71%
CMVMC	526 712,41 €	2,61%	524 626,02 €	2,83%	- 2 086,39 €	-0,40%
Fornecimentos e serviços externos	4 849 305,15 €	23,99%	5 930 025,32 €	32,03%	1 080 720,17 €	22,29%
Gastos com o pessoal	5 850 456,26 €	28,94%	5 915 625,78 €	31,96%	65 169,52 €	1,11%
Gastos de depreciação e amortização	4 775 101,26 €	23,62%	2 356 668,62 €	12,73%	- 2 418 432,64 €	-50,65%
Reversões de perdas por imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis	10 023,17 €	0,05%	-	0,00%	- 10 023,17 €	-100,00%
Provisões do período	133 782,07 €	0,66%	-	0,00%	- 133 782,07 €	0,00%
Outros gastos e perdas	880 546,33 €	4,36%	1 370 067,51 €	7,40%	489 521,18 €	55,59%
Juros e gastos similares suportados	330 927,63 €	1,64%	178 752,11 €	0,97%	- 152 175,52 €	-45,98%
Total	20 213 753,16 €	100%	18 512 356,27 €	100%	- 1 701 396,89 €	-8,42%

Quadro 16 - Estrutura dos Gastos

Pese embora se registe um resultado líquido negativo, os gastos evidenciam um decréscimo de cerca de **8,42%**, face a **2021**, com destaque para os “os outros gastos e perdas”.

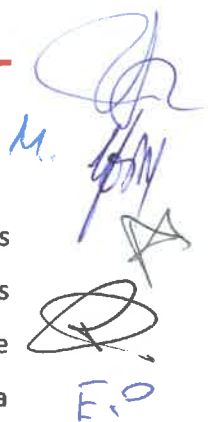
Regista-se uma redução expressiva em “depreciações”, em cerca de **50,65%**, decorrente do fim da vida útil de alguns bens, designadamente as “vias rodoviárias”, cujo início da amortização ocorreu no ano de 2002, com um horizonte temporal amortizável de 20 anos. Denota-se um aumento em “outros gastos e perdas”, resultante da assunção de despesas de funcionamento do Agrupamento de escolas Dr. João A. Correia, no Âmbito do processo de transferência de competências, no domínio da educação, para os municípios, ocorrida em 2022.

Ainda nesta componente registam-se as transferências de verba para a Guarda Nacional Republicana, no âmbito da assunção de competências em matéria de contra ordenações rodoviárias – ANSR.

2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico

Indicadores		2021	2022
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-13,82%	-4,08%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	-7,90%	-2,26%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	0,60%	1,77%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	8,26%	24,49%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Soivabilidade	Património Líquido/Passivo Total	133,43%	124,03%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	57,16%	55,36%
Endividamento	Passivo/Ativo	42,84%	44,64%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	47,30%	46,14%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	47,30%	46,14%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	8,19%	8,24%

Quadro 17 - Principais Indicadores de Desempenho Económico



3 – Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Para os efeitos previstos na alínea b), do nº1, do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março, a qual promove a 5ª alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, e emitida declaração obrigatória na qual se identificam, em mapa anexo e de forma agregada, todos os recebimentos em atraso e, de forma analítica, todos pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2022, e que consta do dossier de prestação de contas.

Handwritten signatures and initials:
 4. [Signature]
 [Signature]
 F.O

Apuramento do Limite da Dívida Total - 2022	
Total Receita cobrada nos 3 últimos anos	40 634 003 €
Receita Corrente cobrada em 2019	13 281 545 €
Receita Corrente cobrada em 2020	13 512 243 €
Receita Corrente cobrada em 2021	13 840 215 €
Média da Receita	13 544 668 €
Limite da Dívida Total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)	20 317 002 €
Apuramento da Dívida Total em 31/12/2022	
Dívida Total Operações Orçamentais do Município	27 980 138,76 €
20.2.4.9 - Outros credores	0,00 €
20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis (EMLP BEI - excecionados)	1 218 232,74 €
20.6 - Credores por devolução de transferências e subsídios	0,00 €
22.1- Fornecedores c/c	2 406 648,24 €
22.5 - Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00 €
22.6 - Fornecedores - sociedades de factoring	2 402 725,48 €
23 - Pessoal	0,00 €
24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos	24 963,52 €
24.5.111- Caixa Geral de Aposentações (parte trabalhador)	16 780,66 €
24.5.112 - Segurança Social - Regime Geral (parte trabalhador)	16 872,06 €
24.5.12.1- Caixa Geral de Aposentações (parte patonal)	0,00 €
24.5.12.2 - Segurança Social - Regime Geral (parte patonal)	0,00 €
24.5.2 - Subsistemas saúde	9 188,14 €
25.11113 - EC - empréstimo curto prazo	0,00 €
25.112 Empréstimos bancários MLP s/excecionados	10 439 447,44 €
25.112.2 Empréstimos bancários MLP excecionados	211 901,55 €
27.111- Fornecedores de investimentos c/c	1 567 707,73 €
27.16 - Fornecedores factoring	43 228,13 €
27.2.2 - Credores por acréscimos de gastos	937 169,13 €
27.5.1- FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00 €
27.7 - Cauções	519 095,50 €
27.8.5 - Sindicatos	0,00 €
27.8.9.2.9.019.08 - Credores Diversos - sem terceiros	0,00 €
27.8.9.2.9.019.09 - Credores Diversos - com terceiros	272 335,68 €
27.8.9.2.9.02.9 - Outras entidades	2 091,49 €
28.2 - Diferimentos - rend. a reconhecer	3 574 655,85 €
29 - Provisões	4 319 135,43 €
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total ¹	24 065,38 €
AMPV	32,56 €
APMCHV	9,73 €
Fundação Museu do Douro	24 023,09 €
Dívida Total da Autarquia	28 004 204 €
Dívida Total a 31/12/2022 excluindo operações extraorçamentais e FAM	17 224 024 €
Capacidade de Endividamento	
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2022 [1]	20 317 002 €
Montante da dívida total em 31/12/2022 (excluindo operações extraorçamentais) [2]	17 224 024 €
Margem Absoluta [3 = 1 - 2 se 2 < 1]	3 092 978 €
Margem utilizável (3*20%)	618 596 €

¹Dados disponíveis à data atual

Quadro 18 -Endividamento Municipal

IV – Proposta de aplicação de resultados:

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2022 totaliza – **1.416.477,47€**.

Propõe-se que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta “56.1 – Resultados Transitados de períodos anteriores”.